



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 22 - Nº 415 - DE 03 A 17 DE JULHO DE 2011 - R\$ 3,00

Massas na Grécia combatem as medidas do parlamento, que contraria os assalariados e expressa os interesses de Alemanha e França



Congresso da Anel: Consolida ruptura com UNE e negação à tarefa de destruir a burocracia governista, mas lhe segue na política

Argentina: correção e ampliação do programa da Frente de Esquerda e dos Trabalhadores não modifica o essencial de seu conteúdo eleitoralista



Sigilo perpétuo, sigilo nas licitações, privatização dos aeroportos, BNDES ajuda Abílio Diniz, acobertam-se os crimes da ditadura

Oposição revolucionária a Dilma

Apuros do governo petista

Tudo parecia bem encaminhado. O novo governo conseguiu manter a ampla aliança partidária. Tanto na Câmara Federal quanto no Senado, a presidente Dilma Rousseff conta com maioria. Os primeiros lampejos de mudança na política diplomática deixaram as potências satisfeitas – afinal, o Brasil deixaria de exibir pretenciosa independência perante as diretrizes dos Estados Unidos. Afastou-se do Irã, passou a seguir a linha dos “direitos humanos” do imperialismo, não resistiu à decisão do Conselho da ONU de autorizar as potências intervir na crise revolucionária da Líbia e recebeu com pompa Barack Obama. Tudo foi preparado no início de governo para apagar a má impressão de que o Brasil, sob a condução do caudilho Luiz Ignácio Lula da Silva, pretendia agir como uma força mundial e esquecer o episódio desmoralizante em torno do acordo sobre o enriquecimento de urânio com o governo iraquiano. Para os empresários brasileiros, mostrou firmeza em não aceitar um aumento do salário-mínimo, ainda que insignificante, como pretendiam a CUT e Força Sindical. A esmagadora maioria dos deputados votou com Dilma, embora a oposição do PSDB fizesse demagogia com uma emenda de aumento maior do que o das centrais. Mas, em seguida, o governo não conseguiu manter a unidade de sua base na votação da reforma do Código Florestal. Evidenciou-se o poder da oligarquia agrária e do agrogonócio. No Senado, a emenda vencedora foi colocada em ‘banho maria’. Espera-se passar o clima de derrota para se retomarem as negociações e minimizar o conflito entre o executivo e o legislativo. Os acontecimentos que envolveram a mudança do Código Florestal indicaram o caminho das pedras que Dilma terá de percorrer. Sobreveio a denúncia do enriquecimento do ministro da Casa Civil, Antonio Palocci, que acabou defenestrado. Agora a oposição voltou a carga contra o ministro de Ciência e Tecnologia, Aloísio Mercadante, que por sua vez envolve a nova ocupante do ministério de Relações Institucionais, Ideli Salvati – o PSDB e DEM querem reabrir o caso do dossiê contra José Serra. Mas a imprensa não se mostrou muito interessada em afundar Mercadante, como fez com Palocci. A mira se voltou para medidas de governo.

Sigilo perpétuo

A recomendação do senador Collor de Melo, relator do projeto que põe fim ao sigilo eterno a documentos secretos, e do presidente do Senado, José Sarney, para que não se fizesse a revisão apresentada por Lula em 2009, gerou uma crise entre os petistas. Dilma Rousseff aceitou a ponderação dos dois ex-presidentes de que recuasse na decisão, sob a alegação de que há documentos que não podem ser revelados, porque poderia abrir velhos conflitos históricos e diplomáticos. O exemplo mais comentado foi o da Guerra do Paraguai. Os petistas se viram pressionados a seguir a disciplina exigida pelo Planalto. O projeto de Lula limitava a 25 anos o sigilo, podendo ser renovado indefinidamente – o que garantia a perpetuidade -, mas a Câmara o modificou, permitindo uma renovação e pondo-lhe o teto de 50 anos. Dilma na época esteve de acordo com a medida e agora considera justificável o segredo eterno. O que será que a burguesia brasileira e seus governos fizeram para temerem o conhecimento do arquivo secreto? José Sarney respondeu que não se tratava de ocultar documentos da época da ditadura militar. O ministro da Defesa Nelson Jobim assegurou que praticamente não há documentos sigilosos da época

da repressão militar, uma vez que os arquivos desapareceram. O problema estaria no conflito de fronteiras e assuntos que envolvem a soberania. A burguesia e a casta que controla o Estado decidem pelo povo brasileiro o que se deve esconder, o que é do interesse da nação e o que é soberania. Ocultam mazelas da história de constituição do capitalismo e de interesses particulares que não têm a ver com soberania e defesa nacional. É sabida quanta barbaridade se cometeu na Guerra do Paraguai (1864/1870), quanta falcatura foi feita entre a burguesia brasileira e a boliviana na questão de fronteira, etc. Não há que ocultar nada! O povo formado por operários, camponeses e classe média urbana não teme abrir os arquivos para que o povo paraguaio, boliviano, argentino, etc. saibam sobre os tratados, as negociações, as conspirações, as traições e outras misérias históricas montadas pelas oligarquias burguesas do passado distante e presente. A soberania de um país não se deve à minoria burguesa, mas ao povo que constitui a maioria nacional. Nada sigilo eterno! Nada de sigilo de 25 anos! Nada de sigilo algum! O fato de Lula ter estabelecido 25 anos prorrogável indefinidamente mostrou o quanto o PT se comprometeu com os interesses históricos da burguesia brasileira. E, agora, o apoio de Dilma ao parecer do ex-presidente Collor, cassado por corrupção, vendilhão e entreguista, vai mais longe no comprometimento dos petistas.

Sigilo nas licitações

Os empresários e financistas estão como urubus rodeando a carniça. No caso, o objeto de interesse são as obras projetadas para se realizar a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos. Uma fábula será gasta pelo governo federal, pelos estaduais e municipais. Espera-se que um montante considerável de capital parasitário encontre nas obras dos jogos um canal para a sua realização. Os banqueiros internacionais e investidores de fundos espreitam uma oportunidade ímbar nas condições de crise de superprodução mundial e de gigantesca liquidez do mercado financeiro. Estádios, praças de esportes, alojamentos, pavimentações, melhorias de locais, segurança, etc. movimentarão uma massa de recursos. No final das contas, o Tesouro arcará com as despesas e com o aumento da dívida pública. É nessa situação que Dilma resolveu editar a Medida Provisória 527 que assegura sigilo no orçamento prévio. O governo alega que assim evitará que as empreiteiras negociem entre si os preços, sobrevalorizando a obra. A oposição ameaça ir ao STF contra o sigilo. O procurador-geral da República considerou anticonstitucional. Além do argumento legal de que não pode haver segredo em orçamento e licitação, a oposição acusa Dilma de facilitar os desvios e vantagens. O governo diz que a MP 527 protege o Tesouro, a oposição afirma que o desprotege. Está aí uma briga de urubus, falcões e carcarás. Com sigilo ou sem, a roubalheira é certa. Os trabalhadores devem saber que se trata de uma gastança improdutiva. Há pouco tivemos o mesmo na África do Sul, um país de maioria miserável. O mega evento serviu para a minoria rica africana e os turistas se divertirem e exibirem seus privilégios de casta burguesa. As obras monumentais se tornaram um peso financeiro para o Estado. Não há dinheiro para a saúde, educação, moradia e infraestrutura, mas há para as festas que se queimam como fogos de artifícios.

Privatização dos aeroportos

A máscara de que o governo petista não é privatista e que se diferencia do pessedebismo por defender o patrimônio estatal já vinha sendo rasgada nos anos de Lula. Mas com Dilma, foi arrancada de vez. Em reunião com prefeitos, a presidente anunciou para dezembro a publicação de um edital de licitação para concessão à iniciativa privada dos aeroportos de Guarulhos, Viracopos e JK de Brasília. Os empresários poderão deter 51% das ações e a Infraero 49%. O ministro dos Esportes, Orlando Silva (PCdoB), explicou que se trata de uma necessidade premente devido ao crescimento da demanda. O governo petista está para dar um passo à frente no processo de privatização esboçado no governo Collor e impulsionado em grande escala por Fernando H. Cardoso. Os aeroportos não são caso único, os correios também sofrem a mesma medida. A esquerda petista e os estalinistas do PCdoB se apoiavam na suposição de derrotar José Serra seria derrotar a via neoliberal privatizante. Não por acaso, o PSDB e DEM acusavam os petistas e Lula de falsearem sua real identidade. De fato, não havia um enfrentamento entre nacionalistas estatizantes e neoliberais desestatizantes. Lula em nenhum momento tentou ou fez qualquer menção em reverter às privatizações, que inclui a quebra do monopólio da Petrobrás e sua constituição mista. Ramos estratégicos, como os de metalurgia, comunicações, portos e energia, foram entregues por FHC ao grande capital, no entanto, o governo petista não fez senão potencializar seus negócios. Chega a ser cômico o fato de correntes de esquerda do PT reclamarem agoniadas que Dilma está pisando em solo sagrado e quebrando seus santos. A vestimenta de governo de esquerda progressista colocado em Lula não lhe cabia mesmo antes de ganhar a primeira eleição, basta recorrer à Carta ao Povo Brasileiro cujo principal ponto da declaração era do de respeitar o grande capital e proteger os interesses dos banqueiros. Dilma escalou seu ministro dos Esportes para explicar o projeto de concessão não só porque está encarregado da Copa do Mundo, mas também porque as boas notícias para os capitalistas viriam da garganta de um membro estalinista do PCdoB, que não cansou de se esgoelar contra o entreguismo. Nas condições de desenvolvimento do capitalismo internacional e de sua desintegração não há lugar para governos nacionalistas, capazes de tomar medidas abrangentes de nacionalização e estatização. Basta ver o impasse o governo mais ousado, nesse sentido, que é Hugo Chávez, da Venezuela. Na Bolívia, o MAS e seu cacique Evo Morales prometeram recuperar as fontes de riqueza nacional e capacitar o Estado como instrumento de desenvolvimento econômico. Os fogos de artifícios eram de pouco alcance. Encontra-se curvado diante das multinacionais. Não há possibilidade de governos burgueses ou pequeno-burgueses que se contraponham ao grande capital. Para fazê-lo teria de começar por estatizar os bancos, nacionalizar as terras e expropriar sem indenização os capitalistas que controlam os ramos estratégicos. Meias medidas e ações limitadas de controle estatal concluem como impotentes e o governo dito de esquerda vai sendo encurralado, logo cede às pressões do imperialismo e da fração interna entreguista. Como o Brasil atingiu um capitalismo mais avançado no seio da América Latina semicolonial, embora continue atrasado, constituiu uma poderosa fração burguesa nacional entrelaçada ao capital internacional. Lula não poderia sequer almejar fazer uma décima parte do que fez Chávez. A esquerda o pintou com cores que não são as suas. A sua sucessora apenas começou com o entreguismo. Basta a crise recrudescer no Brasil

para que Dilma tome medidas impensáveis pela dita esquerda petista e estalinista. Cada vez ficará mais difícil para seus apoiadores defendê-la perante a classe operária, os demais trabalhadores e a juventude oprimida. As bandeiras de reestatização do conjunto privatizado, sem indenização, de nacionalização das fontes de riqueza naturais, de expropriação de grandes grupos econômicos e estatização do capital financeiro expressam o programa operário de oposição revolucionária ao governo entreguista de Dilma/PT e seus aliados.

O papel do BNDES

O anúncio de fusão entre a rede de supermercado Pão de Açúcar e Carrefour provocou tempestade. Esse tipo de negócio é próprio do capitalismo monopolista. Mas não deixa de desencadear conflitos interburgueses. Os concorrentes se sentem ameaçados. No caso, o grupo francês Casino, que mantém acordo com o Pão de Açúcar. Por esse acordo, Abílio Diniz teria de entregar o controle do Pão de Açúcar aos franceses em 2 anos. A justificativa do BNDES é que sua intervenção impediria que os principais supermercados ficassem nas mãos dos franceses. Mas isso não passa de fraude para beneficiar Abílio Diniz na sociedade com os franceses. O resultado será um monopólio sob controle acionário francês. A fusão indica que as duas redes passarão a controlar cerca de 35% do mercado. A imprensa via de regra fala a mesma língua, de tão monopolizada que é. Eis a crítica: o consumidor sairá perdendo. Sempre que há um conflito entre dois bandos burgueses que mexe com amplos interesses, recorre-se ao consumidor, à população, à Nação. O governo não tem como se isentar. As forças em disputa de interesse, raramente, não estão envolvidas com o Estado. Ocorre que o dono do Pão de Açúcar é uma personalidade nacional de Estado, inclusive compõe o Conselho que auxilia a presidente Dilma a tomar decisões. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) se envolveu na fusão, comprometendo-se com empréstimos vultuosos. Eis a razão de mais uma grita da imprensa e de seus especialistas de sempre: o BNDES estaria usando dinheiro público e dos trabalhadores para promover a fusão. Os santos protetores fazem o milagre de esconder que diariamente o BNDES financia o grande capital com juros subsidiados e que o dinheiro do Fundo de Amparo aos Trabalhadores (FAT) é dilapidado. Ocorre que há uma disputa interburguesa em torno do BNDES. O governo Lula decidiu que o banco estatal de financiamento deveria impulsionar a formação de multinacionais brasileiras. Logo, uma boa parte foi direcionada para certos grupos, que usaram a fusão e a compra de empresas no exterior para se promoverem. O Pão de Açúcar é mais um dos beneficiados. Esse episódio e as brigas de bandos capitalistas em torno do BNDES servem para mostrar o quanto os governos burgueses de Lula e de Dilma, ditos progressistas e de esquerda, são serviçais dos interesses do grande capital nacional e internacional. Se a CUT e a maior parte dos sindicatos não estivessem submetidos à política burguesa, estariam nas portas das fábricas agitando a bandeira de retirada do FAT do controle governamental e colocado sob o controle operário. Mas a burocracia faz o contrário, usa o FAT para participar das negociatas com o governo e os capitalistas. A obrigação da Central e dos sindicatos é a de separar os interesses coletivos dos assalariados dos interesses privados dos capitalistas. O FAT deve ser retirado imediatamente do controle do Estado burguês, calculado todas as perdas, dimensionado o saque, responsabilizados os

governos e exigida a reposição.

Política de endividamento da população

Novos dados sobre o endividamento da população indicam o quanto o crescimento econômico da última década se deve, em grande parte, a artifícios financeiros. Os assalariados têm sido arrastados pelo crédito fácil de se obter e difícil para se pagar. O governo Lula foi um dos promotores mais empenhados nessa empreitada. A escalada do endividamento em pouco mais de dois anos tomou proporções vertiginosas: de R\$ 485 bilhões em dezembro de 2009 saltou para R\$ 653 bilhões em abril de 2011. Esse impulso é insustentável. Vejamos mais de perto as consequências: a dívida total das famílias atingiu 40% da massa salarial anual. Em abril, em número absoluto, a dívida correspondia a R\$ 653 bilhões. Nas capitais, 64% das famílias se acham endividadas. O valor médio da dívida passou de R\$ 1.298 para R\$ 1.527 por família. A dívida que surge é até que ponto o endividamento pode crescer e até quando os assalariados poderão pagá-lo. As pesquisas indicam que a inadimplência cresceu. Basta uma pequena viravolta na economia para que o edifício dos empréstimos estremeça e abra rachaduras. Um dado expõe a tendência de quebra da população: muita gente está aumentando sua dívida não para consumir, mas para pagá-la. Os altos juros vêm aumentando o endividamento. Cartões de crédito e cheque especial comem pela perna parte dos devedores. As chamadas “medidas macroprudenciais” do Banco Central para conter a onda de endividamento não fez senão aumentar a composição do juro no montante da dívida – passou de 54% para 60% da dívida total. Tudo indica que a euforia do consumo chegou ao fim ou está próximo de chegar. A retomada da inflação e da elevação da taxa oficial de juros (Selic) são sintomas de que a economia tende à desaceleração. Já não se tem a confiança de que o crescimento atinja a meta de 4,5%. As contratações não foram afetadas, mas passam a depender do grau de endividamento da população e vice-versa. Há que se preparar para o pior. O mergulho do Brasil na crise mundial é questão de tempo. O governo burguês do PT continuará a servir ao grande capital industrial, comercial e financeiro. A tarefa da vanguarda comprometida com a vida dos explorados é de alertar as massas contra os ataques que virão e responder aos que já estão sendo desfechados.

Burguesia festeja sem razão: o país se encontra relativamente mais atrasado

O jornal O Estado de S. Paulo trouxe em seu editorial de 27/06/11 dados sobre o investimento na indústria brasileira. Segundo a pesquisa que lhe serve de fonte, a taxa de investimentos do Brasil em 2005 foi de 16,3% do PIB na produção, o que lhe coloca em último lugar num grupo de 20 países. Mas, no que diz respeito ao investimento em máquinas/equipamentos, o Brasil investiu 7,9% do PIB, maior que as taxas de Espanha (7,2%), Reino Unido (5,8%), França (5,8%) e EUA (5,8%), maior inclusive que a média mundial (7,6%). Perde para a China (11,5%), Índia (13,1%) e Coréia do Sul (9,1%). Os dados indicam que a taxa de investimentos em 2010 foi de 18,4% do PIB e deve ultrapassar os 20% em 2011. Os investimentos na indústria são previstos em R\$ 832 bilhões, sendo 42,7% voltados à área de petróleo e gás natural. Em seguida vem a indústria mineral, com 8%. Os investimentos nesses dois setores somente superam, portanto, a metade do

Trata-se de propagandear e agitar nos locais de trabalho e estudo o programa proletário.

Governo de Lula e de Dilma acobertam os crimes da ditadura

A secretaria dos Direitos Humanos do governo Lula fechou seu mandato com um recuo desmoralizante. Prometeu apurar todos os crimes da ditadura, abrir os arquivos secretos e punir os torturadores. Não fez senão editar um belo livro contendo a lista, casos e biografias das vítimas da repressão militar. Abriu-se a polêmica se a Lei da Anistia cobria ou não os crimes de assassinato, ocultação de cadáver e tortura de presos políticos. O ministro de Defesa Nelson Jobim obrigou Lula a pôr uma lápide sobre as pretensões do ministro Paulo Vannuchi de encontrar os responsáveis, seguindo os preceitos da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Toda conversa de criação de uma Comissão da Verdade foi ladeira abaixo. A Advocacia-Geral da União, no dia 8 de junho, emitiu o parecer de que a Anistia cobre todos os atos do regime militar. A manifestação do governo Dilma responde à condenação do Brasil pela Corte Interamericana pelo fato de não ter cumprido o acordo perante o qual é um dos signatários. Cumprindo o ritual legal, o advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, justificou no parecer que o acordo foi assinado posteriormente à Lei da Anistia e que por isso o Brasil não o violava. Dessa forma, Dilma acatou definitivamente a posição do STF de que os assassinos e torturadores estão anistiados. Os reformistas do PT, os esquerdistas que o habitam e os estalinistas do PCdoB que arcaram com os mortos e desaparecidos do Araguaia e com a chacina da Lapa passam a ser colaboradores da ditadura e coniventes com seus crimes, uma vez que apóiam o governo de Dilma. O Partido Operário Revolucionário rechaça a Lei da Anistia, denuncia o governo de Lula e de Dilma de submissão aos militares, luta para que os crimes da ditadura sejam integralmente apurados e seus responsáveis punidos. O POR reivindica os militantes mortos que combateram o regime militar e honra os seus nomes. Viva aos que tombaram em luta contra a ditadura! Abaixo o PT, a esquerda petista e o PCdoB que capitularam vergonhosamente e desonraram o sangue dos combatentes! Por um Tribunal Popular para condenar e punir os assassinos e torturadores!

total. Para os setores da indústria de transformação em geral, em especial para as de material elétrico e comunicação, metalurgia, material de transporte e têxtil, os investimentos serão ínfimos. O consumo de bens de capital no país somou R\$ 120 bilhões em 2010, sendo menos da metade atendida pela indústria nacional, quando chegou a ser 60% em 2005.

Embora a burguesia brasileira e o governo Dilma festejem os mais de 300 mil veículos vendidos no mês e os demais índices econômicos, o que se pode interpretar dos dados apresentados é que está em marcha um processo de aumento relativo do atraso e dependência do país. Setores da burguesia ligados à produção de máquinas o chamam de desindustrialização.

O investimento geral em relação ao PIB é baixo, mas está subindo. Essa subida, porém, não se reflete em maior desenvolvimento nacional. Em poucos anos, a compra de máquinas e equipamentos

para a indústria nacional passou a ser composta majoritariamente de importações. São duas as consequências: piora das condições da indústria nacional (encolhimento das vendas de máquinas) e maior dependência externa (as máquinas da indústria, na maior parte dos setores, são produzidas fora do país). A política monetária governamental só vem reforçando essas tendências, pois a desvalorização do dólar, que existe internacionalmente e é impulsionada pelos EUA, é ampliada pela entrada de dinheiro em busca de fácil e segura lucratividade baseada nas altas taxas de juros pagas pelo governo.

A compra de máquinas e equipamentos, que tem subido mais que os demais setores, tem um perfil de acentuar o caráter de produtor de matérias-primas do país, em relação à produção de mercadorias industrializadas, com maior valor agregado. É o que se vê na composição do investimento industrial, voltado em mais de 50% para as áreas de extração de petróleo e gás e para a mineração. Isso quer dizer que o país está se tornando mais especialista em produzir matérias-primas e é cada vez menor a fatia de investimento voltada às áreas de produção de mercadorias industrializadas. O perfil de produtor de mercadorias de baixo valor agregado aprofunda o atraso relativo do país em relação aos países capitalistas desenvolvidos (imperialistas).

A conclusão é que, apesar de estar imerso num quadro

Três problemas e a solução dos capitalistas

Desde a crise econômica de 2008, a autopeças Magneti Marelli, de São Bernardo do Campo, vem caindo nas exportações. A empresa, que estava voltada a produzir para os Estados Unidos, se deparou com a queda do valor do dólar. O câmbio entre o Real (valorizado artificialmente) e o dólar (desvalorizado) impede que os empresários continuem lucrando da mesma forma em que o dólar estava nas alturas. Mas, os capitalistas se protegem descarregando as consequências sobre os operários. Foi o que ocorreu com a demissão de um grupo de operários de Magneti.

Na Toledo, empresa que produz balanças, em São Bernardo, os patrões estão trazendo da China as balanças prontas e peças de reposição. Os operários apenas ajustam os parafusos antes de colocá-las no mercado. A empresa alega que a importação é mais lucrativa. Certamente, outros tantos operários estão na lista das demissões.

A Mangels, também de São Bernardo, lançou o PDV (Programa de Demissões Voluntárias). O PDV segue a receita de sempre: 1) demissão; 2) uma pequena indenização; 3) alguns meses a mais de convênio médico e cestas básicas. O capitalista diz que tem mão de obra ociosa e que perdeu para as importações mais baratas. Quem paga com isso são os operários que estão na lista do PDV.

Solução dos burocratas sindicais

A direção do sindicato dos metalúrgicos faz propaganda do “Seminário Brasil do diálogo e do emprego”, realizado pelos empresários com a presença da CUT e de outras centrais. Os industriais pedem que o governo Dilma reduza a taxa de juros, importações e impostos. Em contrapartida, prometem não demitir. Diante das demissões em empresas de São Bernardo do Campo, os burocratas se limitaram a dizer que são consequências das taxas de juros e das importações.

O seguidismo das direções sindicais à política da burguesia

econômico geral favorável, de crescimento, ainda que limitado, o país vai aprofundando a distância entre si e as potências. Essa é uma tendência geral do capitalismo na fase imperialista: um pequeno grupo de países desenvolvidos vai se tornando cada vez mais senhor da produção com alta tecnologia e se apropria com isso da maior fatia da mais-valia extraída pela exploração do trabalho assalariado mundial, enquanto a maioria dos países não consegue escapar do atraso, que se aprofunda relativamente até mesmo quando crescem, e com isso aumentam a opressão e a exploração.

Não há saída progressiva para as massas exploradas sob o capitalismo: ele destina à humanidade cada vez maior distância entre ricos e pobres, explorados e exploradores e cada vez maior opressão de todo tipo: nacional, social, etc. Ou seja, nas melhores condições econômicas, o capitalismo impulsiona a barbárie. Tem de ser destruído pela revolução proletária. Somente com um governo da classe operária em aliança com os demais setores oprimidos será capaz de impor a reversão do processo de atraso, imposto pelas necessidades de lucratividade e pelas relações políticas e econômicas ditadas pelas potências. O monopólio estatal do comércio exterior, a estatização de todo o sistema financeiro e dos ramos chave da economia, sob controle operário, são medidas para romper com o círculo vicioso do atraso. Essas medidas não serão tomadas por nenhum governo burguês.

faz com que defendam os interesses da classe antagônica. Os empresários lucraram como nunca e quando se vêem ameaçados, exigem que o Estado os proteja. Usam, também, o poder de desfazer parte da força de trabalho. As demissões, que apenas estão começando, podem se generalizar na medida em que a crise econômica se abater sobre o Brasil.

Resposta da classe operária

A relação dos operários com os patrões se resume na compra e venda da força de trabalho. A força de trabalho é comprada individualmente, mas quando colocada na fábrica se torna coletiva. Os capitalistas, donos dos meios de produção, quando se sentem ameaçados em seus lucros, se protegem desfazendo parte da força de trabalho. Agora, com a crise econômica na Europa e nos Estados Unidos, exigem que o Estado tome providências para o setor industrial (redução das taxas de juros, importações etc). Ao mesmo tempo, armam os “Seminários”, os “Diálogos” etc com os dirigentes sindicais para buscar uma saída em favor do capital e uma suposta promessa de manutenção dos empregos. Os burocratas sindicais aceitam as lamúrias dos capitalistas e desarmam a luta da classe operária contra as demissões. Isso se chama conciliação de classe.

A resposta dos operários diante das ameaças ou de demissões é a de convocação de assembleias nas fábricas e aprovação de um plano de combate às demissões. Certamente, inicia na fábrica em que o problema se colocou, mas sua vitória depende da generalização para outras fábricas. Daí a importância da constituição das comissões de fábrica, com representantes eleitos diretamente, para servirem de porta-voz da luta em defesa do emprego. Os capitalistas só ouvirão os operários quando a fábrica estiver paralisada, em greve. Sem ação direta contra o patronato, a classe operária ficará à mercê da política burguesa de suas direções vendidas.

Multinacional alemã joga peso na China

A Volkswagen traçou um plano de até 2018 concentrar metade de sua produção mundial nas fábricas chinesas. Busca nesse País a mão de obra barata e um mercado interno em ascensão. Foi o que fez na década de 50, quando criou a montadora no Brasil. A informação vem do dirigente metalúrgico brasileiro, Sérgio Nobre, que participa de reunião na Alemanha. Diante da informação, Nobre se limitou a dizer que “a decisão pode trazer complicações no emprego dos demais países”.

A burocracia do sindicato metalúrgico diz que os riscos à produção e ao emprego “ascenderam a luz amarela para os metalúrgicos do ABC e São Paulo”. Ao invés de convocar assembleias em todas as fábricas e preparar a resistência a partir das bases, os dirigentes sindicais farão uma “pressão” junto ao governo federal para o problema das importações. A tal mobilização tem como pauta as decisões do Seminário com a Fiesp.

Os operários devem rechaçar a conduta de suas direções e exigir um plano de luta para responder os problemas que virão.

Rondônia

Operários da Usina Jirau são maltratados pela segurança nacional do governo Dilma

O levante dos operários da usina de Jirau, em meados do mês de abril, em Rondônia foi a maior greve de operários na história recente do estado. Mobilizou a imprensa nacional e a força repressiva do Estado. Os operários só reivindicavam melhores condições de trabalho e aumento salarial. Mas a luta foi golpeada pela força repressiva e pela burocracia sindical.

Para isso, os empresários contaram com os meios de comunicação para a divulgação de mentiras sobre a luta operária. Para esses abusos, o levante teria de ser tratado como caso de polícia. Assim, o protesto ganhou as páginas dos jornais e da TV como sendo de vândalos. O próprio sindicato caiu na armadilha do governo e da imprensa ao condenar as manifestações contra a propriedade privada (usina).

O que foi feito em torno das barbaridades sofridas pelos operários?

Nada. Sequer o sindicato se preocupou em levantar o número de desaparecidos, feridos, etc. Nada foi feito em defesa dos operários que gritavam contra o regime de escravidão no trabalho. Ao contrário, armou-se um pacto entre governo, empresários e burocratas sindicais, com a finalidade de proteger os lucros das empresas e os interesses da administração municipal do prefeito Roberto Sobrinho/PT e seu aliado, o governador Confúcio Moura/PMDB.

Para isso, trataram logo de tomar providências para dispersar os operários, isolando os mais aguerridos. Mandaram uma parte dos operários para estados de origem (recesso). Isolaram os demais em alojamentos em Porto Velho. Semearam terror entre a população, impedindo as manifestações de apoio ao levante.

Agora, no dia 18 de junho, após mais de um mês de retorno dos operários aos postos de trabalho, a imprensa apresentou entrevistas com sete operários da usina de Jirau, que narraram as barbaridades cometidas pela empresa e denunciaram que foram trancados por seis horas em uma sala por seguranças da construtora Camargo Corrêa e

Pacto entre empresários e burocracia sindical

As montadoras convocaram a burocracia sindical para um pacto. As propostas foram apresentadas no seminário realizado no dia 27 de junho pela SAE Brasil. Querem que os dirigentes sindicais contribuam com o plano empresarial para enfrentar o aumento das importações de veículos. Alegam a perda de competitividade e a desindustrialização de alguns setores. Querem também o compromisso do governo Dilma com mais subsídios.

O que está por trás do pacto é a colaboração entre capital e trabalho. Os burocratas se sentem importantes de estarem na mesa com os empresários. Os capitalistas aplaudem a decisão dos dirigentes de acatar o plano empresarial. Na realidade, tais dirigentes não servem para a classe operária. Estão em lado oposto. São os porta vozes das multinacionais no seio do proletariado.

A tarefa de constituir as frações revolucionárias, dotadas do programa operário, é imprescindível. Sem elas, a classe operária não poderá lutar pela sua independência da burguesia e combater os traidores.

policiais da Força Nacional de Segurança.

Na denúncia de cárcere privado, os sete operários disseram que foram coagidos através de vídeos e fotos, apresentados pelos representantes das empresas e com ajuda da força nacional, a delatarem seus companheiros de trabalho como líderes e culpados de tudo que ocorreu durante o levante.

Os fatos são tão evidentes que sequer o Ministério Público do Trabalho pôde esconder a situação de precariedade das condições de trabalho. No dia 10 de junho, o procurador Éder Sivers, ao visitar as obras da usina, foi obrigado a dizer que testemunhou episódios degradantes em que estão submetidos os operários. Segundo suas palavras, “*beira o cárcere privado*”. Os representantes do Ministério Público do Trabalho disseram que irão solicitar à Justiça que a Camargo Corrêa pague indenização por danos morais e vão encaminhar o ofício ao Ministério Público Estadual para responsabilização penal.

A tarefa colocada aos lutadores

O Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Rondônia (Sticcer), filiado à Central Única dos trabalhadores CUT, tem de defender os operários que estão sendo acusados como responsáveis pelo levante. Para isso, é fundamental a convocação de assembleia no canteiro da Usina para denunciar as barbaridades cometidas aos 7 operários e aos demais que estão na mira dos patrões. Mas, sabemos que o sindicato é composto por burocratas sindicais que estão aliados aos governos Dilma, Confúcio e Sobrinho. Certamente, a pressão contra os trabalhadores é muito grande. Daí a importância dos comitês de luta para que impulsionem a campanha em defesa do levante e dos operários que estão sob ameaça. Denunciar nas ruas os acidentes de trabalho que ocorrem diariamente na Usina. E defender as reivindicações do levante operário. Essa é uma tarefa que depende do fortalecimento do Partido Operário Revolucionário, que tem em seu programa a defesa das reivindicações vitais do proletariado e a estratégia da revolução social.

Greve dos servidores municipais de Osasco

Após assembleia dos servidores da saúde, educação e guarda municipal de Osasco a greve foi aprovada. A reivindicação central era contra o reajuste miserável de 4%, apresentado pelo prefeito Emídio-PT, que sequer repõe a inflação do período.

A saúde, representada pelo SINSSO (Sindicato dos Servidores da Saúde Pública de Osasco), deflagrou greve a partir de 4/6. A Educação, representada pela APOS (Associação dos Professores de Osasco e região), aprovou a greve com início em 6/6. E a guarda municipal, dirigida pelo SGVM (Sindicato dos Guardas, Vigias e Similares), aprovou a greve a partir de 8/6.

As três entidades saíram unificadas. A unidade se deu a partir das discussões a respeito do cumprimento da lei de greve, que estipula o período de 72 horas para seu início. Assim, as direções sindicais conduziram o movimento de acordo com a legalidade de uma lei anti-greve. O não rechaço a esta lei fez com que movimento estivesse à mercê da Justiça, Promotoria etc.

Na primeira semana, servidores da saúde, educação e a guarda demonstraram disposição de luta com manifestações diárias. A primeira manifestação unitária contou com aproximadamente dois mil trabalhadores, que realizaram uma passeata pelas avenidas da cidade. Em assembleia conjunta, foi eleito um comitê de greve com representantes da base e da direção de ambos os setores.

No entanto, este comando não encaminhou a luta na perspectiva de avançar os métodos da ação direta. Uma manifestação foi importante para a greve. Ocorreu no quarto dia, com a organização de um bloqueio em ponto estratégico da cidade. Mas, a direção, diante da pressão da polícia, convenceu os manifestantes a recuarem, em nome do pacifismo, reforçado durante todo o período de greve.

Na segunda semana, o movimento começou a enfraquecer. Diante das ameaças da administração, como o corte de ponto, a não renovação dos contratos, a perda de carga suplementar, dentre outros, os trabalhadores começaram a retornar ao trabalho.

Diante deste quadro, o movimento grevista só tinha uma saída: fortalecer a luta percorrendo escolas, hospitais e UBS com os comandos de mobilização. Só assim o movimento poderia responder à altura os ataques do governo e impor a abertura das negociações.

Sobretudo, esta greve é histórica no município, pois foi a primeira grande greve após a municipalização do ensino em Osasco, bem como a primeira greve unificada da saúde, educação e guarda municipal.

Truculência do governo petista

O prefeito, no final do seu segundo mandato, reforçou a política de arrocho salarial e de corte de direitos, impostos desde a administração anterior de Giglio - PSDB.

Na Educação, para sustentar a política assistencialista e avançar a terceirização de serviços (assessoria educacional – Instituto Paulo Freire, informática educacional - Planeta Educação, etc.) atacou os salários e as condições de trabalho.

Com a saúde e a guarda, não foi diferente. O rebaixamento dos salários reflete nos menores pisos do funcionalismo municipal, pouco mais de um salário mínimo. Isso sem falar na precarização das condições de trabalho e no avanço da terceirização dos serviços da saúde.

Os servidores públicos, base que apoiou a eleição de Emídio, manifestaram seu descontentamento. Mas esbarraram na política

legalista das direções.

Diante do desgaste do governo frente ao funcionalismo público, o governo petista, mesmo tendo parte significativa do funcionalismo sobre seu controle por meio do SINTRASP (Sindicato dos Trabalhadores em Serviços Públicos dos Municípios de Osasco), dirigido pela Força Sindical, não pode conter a revolta dos trabalhadores.

Emídio-PT deu a maior demonstração do que é o Partido dos Trabalhadores e para quem governa. Durante duas semanas de greve respondeu com total truculência ao movimento grevista. Eis algumas medidas:

- Contratou serviçais para distribuir boletins diários nas portas das escolas e em outros locais públicos, mentindo sobre as reivindicações do movimento grevista;
- Contratou capachos para sustentar a aprovação do pacote miserável de 4% na Câmara Municipal, a fim de reprimir qualquer manifestação dos grevistas;
- Usou os diretores de escola e chefias da saúde como marionetes para reproduzir as ameaças de corte de ponto, rescisão de contratos, perda da carga suplementar, etc;
- Publicou notas na imprensa oficial do município, caracterizando a greve como “injustificada”, ou seja, despejando a lei anti-greve sobre os trabalhadores;
- Colocou parte da guarda municipal, fura-greve, para reprimir a comissão de negociação na entrada prefeitura, com gás de pimenta, cassetetes e pontapés;
- Não abriu negociação durante a greve, se utilizou do mesmo discurso autoritário/patronal de que só negociaria quando a greve fosse suspensa.

Sabemos que este governo tem como objetivo a privatização dos serviços públicos, como saúde, educação e a segurança. Para isso, sustenta o sucateamento destes serviços que têm como reflexo principal a precarização das condições de trabalho e os cortes de salário e de direitos.

Portanto, não restam dúvidas de que se trata de uma administração a serviço dos interesses da burguesia.

SINTRASP (Sindicato dos Trabalhadores em Serviços Públicos dos Municípios de Osasco)

Os servidores públicos de Osasco têm como representante sindical o SINTRASP, dirigido pela Força Sindical. Sindicato patronal que faz eco com a política do governo petista.

Nas mesas de negociação permanente das entidades com o governo, a direção do SINTRASP foi quem apresentou como reivindicação os 4% de reajuste. E terminou fechando acordo com o governo de um pacote de migalhas, tais como a elevação do piso dos servidores para R\$ 700,00, por meio de um abono complementar e o aumento do vale alimentação de R\$200,00 para R\$220,00. Uma vergonha!

Durante a greve trabalhou como porta voz do governo com a intenção de quebrar o movimento, distribuindo boletins de que esta não era uma greve legítima dos trabalhadores, que se tratava de um movimento oportunista com fundo eleitoral.

A Força Sindical é uma Central direitista e agora se encontra aninhada no governo do PT. Os trabalhadores devem rechaçar esses burocratas a serviço do governo e dos patrões.

APOS, SINSSO e SGVM

Em oposição à direção pelega do SINTRASP, outras entidades surgiram no município. Atualmente o ensino municipal se vê representado pela APOS, associação dirigida há mais de 20 anos por professores, ditos independentes. Já a saúde formou recentemente um novo sindicato, SINSSO, após processo de desfiliação do SINTRASP, na qual sua direção está ligada a Intersindical.

O fato é que foram estas entidades que canalizaram a revolta dos trabalhadores para a greve. No entanto, não aproveitaram a disposição de luta dos servidores para enfrentar a truculência do governo. Na realidade, o movimento foi conduzido pela Conlutas e pela Intersindical.

Papel da Intersindical e CSP-Conlutas

O erro dessas duas Centrais foi o de realizar uma greve de acordo com a legalidade burguesa, lei anti-greve. Daí os discursos e encaminhamentos pacifistas. O governo do PT aproveitou essa fraqueza para golpear os grevistas.

Nas duas maiores manifestações, o bloqueio, no dia 9/6, da avenida que dá acesso a duas rodovias (Castelo Branco e Raposo Tavares), que sofreu a ameaça de repressão pela polícia, essas direções defenderam o recuo do bloqueio em nome de um movimento pacífico. No dia 14/6, a comissão de negociação, que tinha representantes de base, foi barrada na porta da prefeitura pela polícia. As direções, novamente, defenderam o recuo.

Após este último acontecimento, o governo endureceu ainda mais, ameaçando os trabalhadores que não voltassem ao trabalho e que não permitiria mais nenhuma ação radical. Em contrapartida, as direções continuaram alimentando ilusões nas soluções legalistas, mantendo o movimento refém das decisões da Justiça, do Ministério Público, etc.

Portanto, a Conlutas e a Intersindical não trabalharam para que o movimento grevista enfrentasse de fato o autoritarismo do prefeito petista.

Corrente Proletária na Educação / POR

A Corrente Proletária na Educação defendeu na assembleia que aprovou a greve que a mesma iniciasse imediatamente após sua aprovação, sendo contrária ao uso da Lei de greve (que prevê prazos para o início e o respeito aos serviços essenciais). Alertou que este caminho só favorecia o governo que utilizaria este período para iniciar o bombardeio sobre os trabalhadores, dificultando sua mobilização. Foi o que ocorreu.

No decorrer da greve defendemos:

- A constituição dos comandos de greve para fortalecer o movimento grevista. Fechar as escolas, hospitais e UBS, atribuindo maior legitimidade e força ao movimento grevista;
- Unidade da classe trabalhadora sobre um mesmo plano de lutas;
- Assembleias unitárias;
- A ação direta como método próprio da classe trabalhadora e único capaz de impor conquistas aos trabalhadores;
- Salário mínimo vital - defesa da vida dos trabalhadores;
- Emprego a todos por meio da escala móvel das horas de trabalho - divisão das horas entre todos aptos ao trabalho;

Suspensão da Greve

Após duas semanas de greve, movimento dirigido sobre a le-

galidade e o discurso pacifista, sem ação do comando de greve e sobre ameaças constantes do governo aos trabalhadores, o refluxo foi inevitável.

A greve foi sendo quebrada dia após dia até se tornar insustentável. No último dia da greve, o governo respondeu ao Ministério público dizendo que não havia possibilidade de conceder um reajuste superior a 4%, mas que reabriria as negociações se a greve fosse suspensa.

A Intersindical não perdeu tempo e declarou, por meio de um dos apoiadores, direção do sindicato dos químicos, a necessidade de suspender o movimento naquele momento, se utilizando da defesa de que este era um passo estratégico para fortalecer o movimento. Após esta declaração foi aprovado que cada categoria fizesse suas assembleias, para definir sobre os rumos do movimento.

O caminho já estava traçado para a suspensão da greve. De forma que, na Educação, a direção não precisou defender a suspensão do movimento, pelo contrário, de forma demagógica defendeu a continuidade da greve, enquanto que diversos trabalhadores, induzidos pela direção no decorrer da greve, defenderam a suspensão por um tempo determinado. Foi então aprovado o "Estado de greve" por 15 dias sobre algumas condições:

- Negociação dos dias parados;
- Não aceitação de punição ou retaliação aos trabalhadores Grevistas;
- Imediata abertura de negociação;
- Fim do assédio moral;
- Atendimento das reivindicações;

Mesa de Negociação

O governo convocou a Educação para mesa de negociação. Não por acaso não convocou a saúde, pois sua intenção agora é de quebrar a unidade dos trabalhadores da saúde, educação e guarda municipal.

A direção da APOS defendeu que era preciso ir à negociação, sem se preocupar, neste momento, com a unidade.

O fato é que esta reunião não se tratou de reabertura das negociações do movimento grevista, mas de uma reunião extraordinária da mesa de negociação permanente, inclusive com a participação do SINTRASP e a retirada de direito de participação do SINSSO.

Como outras tantas mesas de enrolação, esta não foi diferente. O governo respondeu negativamente a todas as condições colocadas para a suspensão da greve, inclusive de negociar os dias parados.

Em assembleia bastante esvaziada, a direção da APOS, com apoio da advogada (PSTU), apresenta novamente várias saídas legais, tais como recorrer na justiça quanto ao cumprimento dos 200 dias letivos, para que seja negociado os dias ao menos sobre a condição de reposição dos dias parados, recorrer para que o governo cumpra a lei reajustando os salários de acordo com a inflação, dentre outras.

A Corrente Proletária defendeu a retomada da luta, pois com a categoria desmobilizada as saídas legais são distracionistas. Defendeu nova assembleia para o dia 4, para discutir a proposta do governo. A proposta de assembleia foi aprovada, no entanto com adendo da direção de que tivesse mais tempo para mobilizar, o que acabou jogando a assembleia para as vésperas do recesso escolar.

Os servidores municipais devem fazer uma avaliação do movimento para corrigir os erros e preparar para um novo combate. O prefeito não concederá nada se não houver luta.

Paraná

Como responder aos escândalos de corrupção na saúde de Londrina

Combater as saídas eleitoreiras do PSol

Desde o início de maio foi escancarado o esquema de corrupção na saúde em Londrina, que envolve desde Conselheiros municipais de Saúde, contadores, procurador do município Fidelis Canguçu e até mesmo o prefeito e sua esposa. A roubalheira não é novidade. Ano após ano os escândalos se sucedem. Em 2000, o prefeito Antônio Belinatti (PP) foi afastado da prefeitura. O governo seguinte de Nedson Micheletti, do PT, também se meteu no lodo da corrupção, favoreceu supermercadistas, sofreu denúncias de caixa 2 e revelou-se a mesada que a Transportes Coletivos Grande Londrina pagava aos vereadores. A bola da vez é o escândalo na saúde do prefeito Barbosa Neto, e quanto mais mexe, mais fede... já se vê também o escândalo do lixo.

Diante deste cenário, o PSol convocou uma frente ampla para lançar o grito de Fora Barbosa. O POR denunciou o eleitoralismo explícito no chamado. A corrupção é parte do Estado Burguês, não há como reformá-lo retirando este “desvio”, apontado até mesmo como desvio moral ou ético. As massas não se deixam levar pelas campanhas anti-corrupção. Estão calejadas, não confiam que alguém fará diferente. Diante deste julgamento baseado na realidade, o PSol pretende iludir os trabalhadores, afirmando que é possível um governo sem corrupção, no caso, o deles. O PT já levantou por muitos anos a bandeira de ética na política e o resultado não poderia ser mais evidente.

Na reunião da frente, integrantes do PSol até chegaram a concordar que a corrupção é inerente ao capitalismo, mas no panfleto acabam apontando como anomalia. “Pelo total apoio às investigações do Ministério Público, GAECO e Câmara de Vereadores! Punição a todos os agentes públicos envolvidos nos escândalos de corrupção!”. PSTU, PSol, PCB e parte do PT sinalizam à população que o MP, GAECO e os vereadores irão julgar os corruptos! Nós, do POR, defendemos que são os próprios explorados organizados que devem julgar os crimes da burguesia, este é o sentido da bandeira de tribunais populares. Nenhuma confiança no Estado Burguês!

Assim, em vez de fortalecer a necessidade de os trabalhadores e juventude se organizarem em defesa de suas reivindicações, a “frente ampla” enfileira os oprimidos atrás de seus opressores.

Outro mecanismo que apontam para corrigir os desvios de corrupção é o controle social. “Reafirmamos o caráter deliberativo do Conselho Municipal de Saúde, tendo-o

como legítimo controle social. Desta forma todas as pautas por lá deliberadas devem ser respeitadas e acatadas pelo legislativo”. Num momento em que dois conselheiros foram presos, pois faziam se vender para os institutos envolvidos na roubalheira, é muita cara de pau defender os conselhos. Os conselhos municipais são formas de o Estado cooptar lideranças, são trampolins políticos, e ainda servem para legitimar as ações do próprio Estado. De cara, a metade dos conselheiros é indicada pelo executivo. Outra parte é composta por vendedores dos serviços que têm o maior interesse em colaborar com o executivo para garantir os seus lucros. O que se coloca é o controle operário da saúde (por meio de organismos criados pelas massas). Mas não é possível controlar algo cuja propriedade é privada, por isso, é necessário levantar a bandeira de estatização, sem indenização, de todo o sistema privado de saúde. A coexistência do sistema público e privado significa a destruição do público. Interessa aos mercenários da saúde sucatear, entrar nas lucrativas terceirizações, etc.

No final das contas, até mesmo as lideranças populares presentes na reunião da frente ficaram desconfiadas do eleitoralismo do Fora Barbosa, e timidamente, o PSol e PSTU que tanto defenderam a bandeira, a suspenderam. A bandeira de “fora” levantada para um prefeito, governador, presidente, não necessariamente é eleitoreira. Pode servir à mobilização das massas, pode expressar sua luta pelo poder do Estado. Mas nesta frente, o caso é de puro eleitoralismo. Tanto é que mesmo a retirando, permaneceu esta orientação. Seja na defesa do fim da corrupção sem vínculo com o fim do capitalismo, no apoio a setores do Estado burguês, como se eles fossem acabar com a corrupção, e no engodo de fazer a população acreditar que os conselhos municipais irão controlar o estado burguês e as máfias que se digladiam no seu interior.

O POR insiste que devemos mobilizar a população por suas reivindicações mais sentidas. Pelo salário mínimo vital, escala móvel das horas de trabalho. Pela estatização do sistema privado de saúde, sem indenização, sob controle operário.

Diante da corrupção: erguer os tribunais populares para julgar os crimes da burguesia. Nenhuma confiança no faz-de-conta do judiciário ou do legislativo.

Para acabar com estas mazelas, é preciso se colocar seriamente na luta pelo fim do capitalismo, o que significa defender a estratégia da revolução de ditadura do proletariado.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa. CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org

Campanha pela Revolução Agrária na 10ª Jornada de Agroecologia

Um mês após o assassinato de José Cláudio e Maria Espírito Santo, no Pará, a mando dos madeireiros e latifundiários; e da votação, no Congresso Nacional, da anistia aos desmatadores que violaram o Código Florestal, a Via Vampesina organizou a 10ª Jornada de Agroecologia.

O encontro que atraiu 4 mil camponeses, militantes, estudantes e apoiadores de todo o Brasil (além das delegações do Haiti, Bolívia e Paraguai) se dedicou ao chamado Projeto Popular e Soberano para a Agricultura: sem latifúndios, sem transgênicos e sem agrotóxicos. O POR participou da marcha de abertura com faixa e manifestos em defesa da revolução agrária e pela aliança operária e camponesa.

Além disso, durante o evento, mantivemos uma banca com materiais do partido, o que despertou muita simpatia dos camponeses, muitos manifestaram seu apoio à linha de defender a luta independente em detrimento das ilusões no governo e à necessidade da auto-defesa diante dos ataques dos latifundiários e madeireiros.

A direção do MST, insiste, porém, em seu apoio ao PT e outros setores “progressistas” da burguesia. Não faltaram parlamentares e discursos de politiquinhos querendo arrancar aplausos dos camponeses. Além disso, a carta lançada pela jornada pede “políticas públicas” de promoção da agroecologia e em proteção ao meio ambiente; banimento de agrotóxicos considerados perniciosos pela ANVISA; restrição aos transgênicos; e que se afirme na “Conferência Internacional da ONU – RIO +20, a se realizar em junho de 2011 no Brasil, que o caminho para a conservação e uso sustentável da biodiversidade não passa pela privatização e mercantilização dos bens comuns”.

Em relação aos assassinatos no campo, a carta da jornada defende: “Garantir política pública de proteção aos defensores e defensoras de Direitos Humanos ameaçados/as e combate a criminalização dos Movimentos Sociais e a violência e impunidade no campo”.

Vemos em todas as propostas a confiança no método das alianças com os politiquinhos para que se aprovelem medidas de proteção ao meio ambiente e à vida dos camponeses. Insistir neste caminho só vai aprofundar a crise que já ronda os acampamentos e assentamentos. A reforma agrária não será concedida pacificamente pelo Estado. O Estado é de classe, é burguês, representa os interesses da burguesia e abriga as disputas entre suas frações. Esperar que o Estado vá, por exemplo, proteger aqueles que estão na mira dos capangas dos latifundiários levará a mais e mais mortes no campo. É preciso que os lutadores passem a se auto-defender. É preciso erguer tribunais populares para punir os crimes da burguesia. A destruição do homem e da natureza também é parte do sistema capitalista.

Por isso, o POR defende que se levante um Congresso de operários e camponeses para uma ação unitária contra os interesses dos exploradores e predadores dos bens naturais que deveriam pertencer à humanidade. É urgente que superemos a crise de direção e que ponhamos de pé o Partido Operário Revolucionário. Seu programa agrário é a expropriação da grande propriedade agrária, sem indenização e pela nacionalização das terras, sob o controle de comitês agrários. Pela aliança operária e camponesa, que impulsiona a revolução social e imponha à burguesia a ditadura de classe do proletariado.

Municipais SP: Burocracia do Sinpeem ajuda mais uma vez Kassab

O governo Kassab tem arrochado o salário dos trabalhadores por meio de acordos rebaixados, fechados com a burocracia do SINPEEM. Basta analisarmos o que representa o acordo fechado nesta campanha salarial. A proposta de novas gratificações para compor um piso menor que dois salários mínimos por 20h/aulas mostra isso. Os professores das faixas de QPE 14A a 19A receberão essa gratificação, portanto uns 40% da classe. O restante, do QPE 20A a 25A, receberá apenas 10,5%, que correspondem a 1ª parcela dos 33% e pouco mais que esse piso estipulado. Trata-se de uma proposta que não é reajuste, mas que representa o achatamento dos salários e o nivelamento por baixo. Dizemos isso, pois a elevação do piso tem impacto apenas nos QPE's iniciais. Isso sem contar que evolução funcional é uma grande farsa, à medida que se evolui não se recebe mais nada, pois é descontada da gratificação.

Outro problema que persiste é a ameaça de retirada das férias nos CEIs e EMEIs. A burocracia do SINPEEM, depois de comparecer como aliado do governo ao anunciar que a SME garante total apoio aos profissionais da educação infantil, agora busca apoio no CNE, com Cesar Calegari. Na verdade, procura desviar a luta da classe contra o Ministério Público (que exige a abertura desses estabelecimentos em janeiro) para apoiar seus vereadores, deputados, para saídas legalistas. Conseguiu amortecer a luta, e jogou-a para o embate jurídico entre Prefeitura e Ministério Público. Encaminhou um abaixo-assinado e uma carta aberta (que foram anexados ao recurso feito pela SME) falando de que as crianças necessitam de

férias em janeiro. É evidente que essas medidas não representam os anseios dos trabalhadores e de seus filhos, que precisam das creches diariamente. Representam, sim, uma política de favorecimento ao governo municipal que não quer manter as CEIs e EMEIs em funcionamento em janeiro, pois demanda gastos.

Nas reuniões de representantes de Escola e de Conselheiros a burocracia já estava em ritmo de férias. Enrolou durante horas dando o informe sobre os precatórios e a nova comissão que será instalada na Câmara para averiguar quem serão os primeiros servidores que receberão parte das perdas salariais movidas na justiça burguesa. Lembrou que existem milhões de processos e que a prefeitura não tem como pagar a todos e que se dispõe a pagar, na forma de precatório, somente 50% da dívida, e ainda, se sobrar dinheiro depois de pagar os servidores preferenciais adoentados etc.

Depois desse informe, a reunião de RE praticamente acabou, pois o burocrata propôs deixar 15 minutos para o debate. No CR, como os questionamentos sobre fechamento de salas de EJA, o fim das férias e a perda de lotação aumentaram, o burocrata mediante as pressões concordou em chamar uma assembléia em agosto, desde que seja em local fechado.

A Corrente Proletária rechaçou o método divisionista da classe, denunciou a colaboração da direção majoritária com o governo e o burocratismo da reunião. Mostrou que é necessário o debate sobre a crise econômica no país para podermos organizar a luta nas ruas.

A que serviu o 1º Congresso da ANEL?

Balço político da Corrente Proletária Estudantil – POR

O 1º Congresso da ANEL (Assembléia Nacional dos Estudantes Livre) ocorreu do dia 23 ao 26 de junho de 2011, na UFRRJ (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro), em Seropédica (RJ). Participaram aproximadamente 1700 estudantes, dentre os quais cerca de 1100 como delegados (os demais como participantes, com direito a voz e não a voto). A ANEL surgiu em 2009 no CNE (Congresso Nacional dos Estudantes) como entidade paralela à UNE (União Nacional dos Estudantes). A principal corrente que impulsionou a política de divisão foi o PSTU, que argumentava sobre a necessidade de criar uma nova entidade dado o alto grau de burocratização alcançado pela UNE, alegando que esta não deveria mais falar em nome dos estudantes brasileiros, que estava morta para a luta e que era impossível disputá-la por dentro.

No entanto, embora o CNE tenha ocorrido em 2009, dando uma aparência jovem à ANEL, a política divisionista não é tão recente quanto parece. Antes da ANEL, houve uma tentativa, também encabeçada pelo PSTU, de cindir a UNE por meio da Conlute (Coordenação Nacional de Lutas dos Estudantes), entidade surgida em 2004 que não prosperou. Esse histórico pode ainda ir mais longe se retomarmos a iniciativa da Frente de Luta Contra a Reforma Universitária, que constituiu uma experiência fora da UNE. Assim, percebe-se que a ANEL não é tão jovem assim: a aventura do divisionismo já dura sete anos.

Qual é o saldo da política divisionista?

São sete anos de abandono da luta contra a burocracia no interior da entidade, que mantém sua influência sobre a maioria dos estudantes do país, especialmente nas faculdades particulares (cerca de 89% dos estudantes universitários). Essa constatação é de extrema importância, uma vez que o 1º Congresso da ANEL não fez mais do que ratificar esse histórico. Apesar do congresso fundacional (CNE) já ter apontado essa perspectiva, o que se deu agora, em junho de 2011, foi a consolidação da ruptura. Com isso, ficou mais distante a tarefa de expulsar a direção burocrática (PCdoB / PT) que controla a UNE há tempos, agora com as mãos mais livres do que nunca para fazer da entidade correia de transmissão de sua política reformista e governista.

Dizemos “com as mãos mais livres do que nunca”, pois conhecemos que a ANEL reúne um setor importante da vanguarda, especialmente por já ter rompido com o governo federal, identificando-o como um governo de ataque às condições de vida da maioria. Entretanto, trata-se de um contingente reduzido de jovens, visto que não há uma tendência de massas a favor da ruptura.

Nós, da **Corrente Proletária Estudantil – POR**, partilhemos com o PSTU e outras organizações da caracterização da UNE como entidade burocratizada. Mas, não confundimos a entidade com sua direção. O bloco PCdoB / PT limita ao extremo as possibilidades de intervenção a partir de dentro da organização, com conselhos e congressos que somente servem para referendar a política da própria direção, conduzindo a

entidade à condição de apoiadora do governo no seio do movimento estudantil. O fenômeno da estatização da entidade é típico da época imperialista, quando as organizações de massa se encontram cooptadas pela classe dominante.

Atuamos dentro e fora da UNE, fomos contrários à proposta de ruptura desde seu surgimento com a Conlute, defendemos o mesmo no CNE e agora no 1º Congresso da ANEL. Mantemos nossa linha política de defesa da unidade organizativa, que combinamos com a proposta de formação de uma poderosa fração revolucionária no interior da UNE para varrer os burocratas da direção da entidade. Fração revolucionária que deve se constituir a partir das lutas concretas pelas reivindicações e pelo programa; que deve ser norteada pelos princípios da independência política e organizativa em relação aos governos e à classe dominante; deve se fundamentar no método da ação direta e deve ser democrática, combativa e consolidar a aliança com a classe operária.

O andamento do congresso e suas resoluções

Uma das provas de que o congresso não estava correspondendo a uma tendência de massas está na constatação de que sua principal polêmica girou em torno da greve dos bombeiros. Desde a plenária de abertura, passando pelos grupos de discussão, painéis até a plenária final, o Bloco ANEL às Ruas, composto pela Liga Estratégia Revolucionária (LER-QI) e independentes, se colocou contra qualquer apoio à greve dos bombeiros, ficando isolado do restante dos estudantes. Defendemos que os congressos estudantis discutam os problemas mais gerais, nacionais e internacionais, por entendermos o caráter estratégico que tais debates assumem.

Porém, polarizar todo o congresso em torno da questão é artificial. Se as massas estudantis estivessem presentes e não fosse um congresso de uma parte da vanguarda somente, dificilmente o *Bloco* teria condições para sustentar o peso que deram à questão. A Educação e o conjunto da juventude brasileira têm sofrido constantes ataques e o 1º Congresso da ANEL deveria se debruçar sobre essas questões, sem deixar de se posicionar sobre os temas mais amplos. A **Corrente Proletária Estudantil – POR** apresentou algumas contribuições (textos com caráter de tese) e propostas de resoluções ao congresso e elegemos delegados em torno das idéias contidas nesses documentos.

Abaixo reproduziremos as resoluções que submetemos à votação do plenário, na ordem como foram organizadas no caderno de propostas elaborado pela comissão de sistematização – comissão da qual fizemos parte:

1) Além dos pontos de acordo que tínhamos com a proposta apresentada, divergíamos quanto à caracterização dos levantes no mundo islâmico. O PSTU, por exemplo, avalia que a revolução no Egito foi vitoriosa, enquanto nós apontamos a idéia de que foi uma revolução democrática interrompida por um golpe palaciano; na questão líbia, destacamos o erro de levantar a consigna de Fora Kadafi no momento em que o país sofre a ocupação militar do imperialismo, sob a máscara da OTAN:

No Egito e na Tunísia, assim como se tenta fazer agora no Iêmen, os regimes foram preservados com trocas no comando, sob tutela do imperialismo. Na Líbia, o imperialismo ataca o país para impor sua estratégia, e a maior parte da oposição ao regime se submete ao intervencionismo. A vitória do imperialismo só pode levar à piora das condições da nação oprimida, como se verifica no Afeganistão e Iraque, não existe saída progressiva sob ingerência das tropas da OTAN. A tarefa imediata central é a luta pela expulsão do imperialismo e defesa da autodeterminação.

2) Sobre a greve dos bombeiros – o Bloco ANEL às Ruas insistia que não deveríamos apoiar a mobilização porque os bombeiros são policiais militares, isto é, são parte do aparato repressivo do Estado capitalista e servem à manutenção do regime e à repressão dos trabalhadores e movimentos. Em nossa intervenção, apontamos a contradição entre a condição dos bombeiros como membros do aparato repressivo e a situação de miséria a que estavam submetidos (que os levou a se mobilizar, abrindo uma crise no governo de Sérgio Cabral). Tal contradição só poderia ser resolvida progressivamente pela aplicação da política militar do proletariado, que inclui defender a dissolução das polícias e criação de milícias populares. Colocamos ainda dois questionamentos aos companheiros do *Bloco*: primeiro, se a greve causou uma crise que balançou o governo Cabral, realizar a defesa contra a mobilização não implicava defender a estabilização do mesmo governo? Segundo, se os companheiros do *Bloco* eram contra a greve, porque não foram às manifestações se pronunciar? Por que não defendem abertamente a posição contrária à greve dos bombeiros, em bloco com o governo e setores reacionários da sociedade, que a classificaram de motim?

A greve dos bombeiros revelou uma contradição no interior do aparato repressivo fluminense engendrado pelas tendências mais amplas da crise capitalista. A reivindicação de salários e direitos impulsionou o ato de insubordinação da corporação frente à hierarquia e colocou parte considerável da opinião pública contra o governo repressivo de Cabral. Devemos defender o direito de greve e de reivindicação salarial, com a ressalva em relação à PEC-300, que privilegia a corporação policial em relação aos demais trabalhadores.

3) Sobre a conjuntura nacional, apresentamos proposta que diferia das demais devido à necessidade de erguer uma oposição revolucionária ao governo Dilma (as outras propostas eram de “oposição de esquerda”) e diferia também quanto a defesa do salário mínimo vital (a resolução contrária era de apoio ao índice do DIEESE):

- O governo burguês de Dilma é de continuidade do governo Lula. Mas, desde os primeiros dias, já se mostra como um governo mais à direita. Dilma não tem o cacife de controle social do caudilho Lula, nem estará diante de condições favoráveis na economia mundial. Suas primeiras medidas comprovam que agirá de acordo com as pressões das frações da burguesia que lhe dá sustentação política.

- Trata-se de um governo antinacional e antipopular, que deve ser combatido com a ação direta das massas, com independência de classe. Isso se traduz na oposição revolucionária a Dilma, que não se confunde com uma oposição de caráter eleitoral, como é a oposição de esquerda.

- A inflação coloca-se como um problema central na situação. A

alta do custo de vida, movida pelas consequências da crise mundial capitalista, tende a abalar a base de sustentação política do governo e o controle sobre os movimentos sociais. As massas tendem a romper com o controle das direções burocráticas estatizadas e caminhar com seus próprios métodos de luta por suas necessidades mais sentidas.

- As bandeiras do Programa de Transição de salário mínimo vital com escala móvel de salários e de escala móvel das horas de trabalho destacam-se como meios de dar centralização às lutas que colocarão. Abrem a perspectiva de combate anticapitalista na situação. O limite colocado é mais uma vez a ausência da direção revolucionária enraizada nas massas.

4) Sobre o programa para Educação, afirmamos diante do plenário que a ANEL não poderia seguir no erro de confundir programa com uma lista de reivindicações. Um programa para Educação deve revelar a compreensão profunda da realidade das universidades e escolas, como o grau de participação da iniciativa privada, o processo de desnacionalização, de controle burocrático etc. E o mais importante: o programa da entidade deveria ser articulado em torno de uma estratégia clara, que em nossa posição deveria ser o combate pela expropriação sem indenização de toda a rede privada de ensino, sob controle de quem estuda e trabalha.

O fato de existir desde o CNE a consigna de estatização das faculdades privadas no “programa” da ANEL só demonstrava o caráter formal como era defendida pelo PSTU e demais agrupamentos. A defesa de um programa, nos moldes como propúnhamos, não excluía, evidentemente, que fosse aprovada uma plataforma comum de lutas. Plataforma que poderia ter como uma das bandeiras a luta por mais verbas. No que diz respeito à questão do financiamento, no entanto, declaramo-nos a favor de que o Estado destinasse às universidades toda a verba necessária, de acordo com um plano decidido por estudantes e trabalhadores.

A proposta de 10% do PIB para a Educação está em desacordo com o financiamento integral de acordo com as necessidades e, principalmente, em oposição à luta pela estatização sem indenização do ensino privado, além de se constituir num elemento distracionista. Eis nossa proposta:

Que o Congresso aprove um programa de retirada da educação do controle de grupos empresariais e das igrejas e passá-lo para o Estado, que deve se responsabilizar pela constituição de um único sistema público, gratuito, científico, ligado à produção social e controlado direta e exclusivamente pelos estudantes e trabalhadores da educação. No ensino superior, o controle dos que estudam e trabalham deve ser exercido pelo governo tripartite submetido à assembleia geral universitária (com voto universal)! A eliminação do ensino privado exige a expropriação geral, sem indenização, das propriedades escolares em poder de empresários e instituições religiosas.

4) Sobre a reorganização do movimento estudantil, o PSTU defendeu obviamente que a ANEL estava encabeçando todo um processo de mudanças. Descontando o exitismo do PSTU, vale a pena mencionar uma terceira proposta (além da nossa e do PSTU) que pregava fechar as portas da ANEL aos grupos que atuam na UNE. Se a proposta do Movimento Revolucionário (grupo que apresentou a proposta) fosse aprovada, nós deveríamos ser expulsos imediatamente do congresso, já que também atuamos na UNE. Contudo, como não era do interesse

do PSTU, a resolução foi rejeitada. São evidentes os motivos: o PSTU já deu mostras suficientes do quanto deseja arrastar (até agora sem sucesso) os grupos da esquerda da UNE, em especial o PSol, para a ANEL. Sem dúvida, a presença da esquerda da UNE contribuiria para disfarçar o caráter superestrutural da proposta de divisão.

Nossa resolução:

- Constituir uma oposição revolucionária ao governo de Dilma Rousseff com o programa e com resposta a cada ataque à vida dos trabalhadores e ao ensino, bem como à política antinacional e antipopular de conjunto.
- Constituir um programa revolucionário que lhe permita atuar como fração revolucionária no seio da UNE, combater as forças stalinistas e reformistas estatizantes e emancipar as organizações estudantis da tutela do Estado e da política burguesa.
- Combater a burocracia que controla o movimento estudantil, em defesa da democracia e da independência política das organizações de massa e aplicação do método da ação direta.

Como já havíamos feito a defesa contra a ruptura no CNE e fomos derrotados, consideramos artificial recolocar a questão em votação. Dessa maneira, retiramos a proposta mantendo o compromisso de continuar defendendo-a nas bases, denunciando o erro da divisão.

Depois que fomos derrotados nessa votação, a plenária passou a discutir ponto a ponto os itens do “programa” apresentado pelo setor majoritário (PSTU). Abstivemo-nos na primeira votação para declarar voto. Com o microfone em mãos afirmamos que, devido aos dois destaques globais que fizemos (sobre o programa contra o ensino privado e sobre a fração revolucionária na UNE), para deixar claro que não pretendíamos boicotar o congresso, não faríamos a defesa dos pontos seguintes, embora continuamos votando. Apontamos somente, sem desenvolver, algumas das resoluções que tínhamos contrariedade, como o tema das cotas, a questão da paridade nos órgãos colegiados das universidades, a proposta de tarifa zero (sobre os transportes), entre outros.

Conclusões

1) O Congresso comprovou que a Anel, enquanto ruptura da UNE, expressa um movimento de correntes políticas, não expressa uma tendência no seio dos estudantes. Mesmo facilitando de toda forma a eleição de delegados, não conseguiu expressar na plenária uma fração significativa e representativa do movimento estudantil nacional. As denúncias feitas pelo bloco Anel às Ruas antes do Congresso, de eleição de delegados sem debates ou disputa de posições, revela a necessidade de inchar artificialmente o Congresso. Mas esse mesmo bloco chegou a fazer frente com o PSTU na eleição de delegados sem disputa política (chapas unitárias em vários cursos).

2) O predomínio do debate sobre o apoio ou não à greve dos bombeiros sobre as questões relativas à educação mostra o artificialismo da disputa entre PSTU e o Bloco. Isso só ocorreu por causa do artificialismo da ruptura, porque se houvesse uma plenária de base massiva ela necessariamente colocaria esse debate em segundo plano em relação às questões da educação e da luta de classes.

3) A aprovação de uma campanha central de realização de

um plebiscito sobre os 10% do PIB para a educação, em oposição à luta pela autonomia universitária e estatização da rede privada sem indenização, é uma comprovação de que a ruptura é aparelhista: na política, trata-se de seguir a direção burocrática da UNE e os reformistas do PSol. O plebiscito, ao lado de outros “adendos” como a limitação de “verbas públicas para a universidade pública”, não oculta que a essência da política é pintar com um verniz mais avermelhado, mais esquerdizado, a política da direção da UNE, que tem como centro os 10% do PIB e a aceitação do domínio do capital sobre o ensino superior. A rejeição à luta pelo fim da propriedade privada da rede de ensino segue a matriz reformista de rejeitar a luta pelo fim da propriedade privada em geral.

4) A aprovação da bandeira de “oposição de esquerda” ao governo Dilma coloca a Anel no campo da disputa eleitoral com o governo, e não do combate de massa a ele e a suas medidas (oposição revolucionária). O PSTU ainda corre atrás do PSol para reestabelecer a falida frente de esquerda.

5) O POR atuou em defesa da política de unidade organizativa do movimento, constituição de uma fração de oposição revolucionária para destruir a burocracia dirigente da UNE, defesa de um programa revolucionário de defesa do ensino público e gratuito, laico, científico, único e vinculado à produção social, que tem como norte a estatização sem indenização da rede privada de ensino, oposição revolucionária ao governo Dilma e por uma política revolucionária e internacionalista para o movimento estudantil. Nas votações em plenária, defendemos esses pontos e expressamos uma oposição principista à direção da Anel (PSTU).

Londrina:

PSTU joga sujo contra o POR

Na Universidade Estadual de Londrina a ANE-L vem atuando de forma tímida e pouco estruturada, sempre com a política do famigerado “dialogar” em suas campanhas, rebaixando as bandeiras para poder alcançar todos os estudantes. Sempre nos opusemos a esse desvio de política, e construindo ao mesmo tempo uma oposição revolucionária dentro das reuniões dessa entidade.

Primeiro com a campanha do aumento do Restaurante Universitário que a ANE-L tanto defendia, nos opusemos a esta bandeira e defendemos a gratuidade e livre acesso à alimentação dentro do campus como parte indissociável do direito à educação.

Segundo com a retirada do Movimento estudantil do CONUPE, frente a essa proposta defendemos a unidade e, portanto, defendemos que os estudantes também ocupem este espaço fazendo a oposição revolucionária.

Com tantas polêmicas se desenvolvendo no interior do movimento estudantil com esse grupo (ANE-L/PSTU), fomos quase impedidos de ir ao Congresso da ANE-L.

O transporte para o evento estava sendo organizado por este grupo, fomos confirmados para irmos juntos, porém nos últimos instantes fomos desmarcados com a desculpa: “não podemos colocar vocês no lugar de gente que havia confirmado a mais tempo”. Se não bastasse ainda fomos passados algumas informações desencontradas com o regimento do próprio congresso.

Balanço da Greve dos professores municipais

Após 58 dias parados, categoria é levada à derrota pela direção do Sindiute (O Trabalho/PT)

Os professores iniciaram sua greve em 26 de abril. A pauta de reivindicação aprovada desde outubro de 2010, exigia cumprimento da lei do piso (11.738/08) com valor de R\$ 1.597,00 para vencimento base e 1/3 de hora atividade, além de eleição para diretor de escola, pagamento dos anuênios, correção das distorções do PCCS etc. A burocracia do Sindiute incluiu na pauta, nessa ocasião, o repulsivo aumento de gratificação para os diretores de escolas, algoz odiado dos professores!

Após o julgamento do STF que, sob pena de uma profunda desmoralização, considerou legal o ultrarebaixado piso, a greve teve início. O movimento paredista, que começou fraco conseguiu a adesão de quase 100% das escolas especialmente depois de dois momentos: o envio da mensagem da prefeitura do PT à Câmara Municipal rejeitando o piso e a repressão da Guarda Municipal sobre os grevistas por ocasião do bloqueio das entradas da Câmara Municipal, que pretendia votar a mensagem de Luizianne.

A despeito da forte adesão, a greve dos professores terminou derrotada. A categoria votou o fim da greve em 24/06 retornando às escolas sem conquistas e tendo ainda de amargar o corte do 13º salário, a possibilidade do corte de ponto, em virtude da ilegalidade da greve, decretada pelo Tribunal de Justiça e a imposição do trabalho nas férias de julho e aos sábados.

Como a direção do Sindiute conduziu a greve

A burocracia majoritária do Sindiute, O Trabalho (PT), não preparou a greve. Sequer orientou os professores nas escolas a fazerem reunião com pais e alunos, de maneira que ambos setores não tiveram qualquer participação na luta. E nem poderiam ter, uma vez que a burocracia do Sindiute fez questão de não incluir reivindicações dos pais e alunos na pauta. Além disso, rejeitava a ação direta radicalizada (ocupação de prédios públicos, bloqueios de avenida etc). Em não poucos casos as negociatas da direção do sindicato com a prefeitura levantaram suspeitas na base. A burocracia governista de O Trabalho implantou uma caricatura de comando de greve com reuniões na sede da CUT, braço sindical da prefeitura, e passou a defender, contra a vontade da base, a incorporação da gratificação de regência de classe no vencimento base. A denúncia incisiva feita pela Corrente Proletária/POR e a rebelião da base fizeram recuar os governistas nesse intento. No final da greve, enquanto a imprensa burguesa despeja toda sorte de calúnias sobre a categoria e esta exigia uma nota paga na imprensa como forma de resposta, a direção a recusava sob qualquer pretexto. Boicotou a carta aberta aos pais e carros de som para as comissões de mobilização nas escolas. A burocracia sindical, que não fez nenhum fundo de greve, foi ávida em aprovar dois descontos extras para seus cofres.

O PSTU/Conlutas: oposição inconsequente e submissa

O PSTU/Conlutas, durante essa jornada, não fizeram a menor crítica à direção governista de O Trabalho e nem

mesmo à direção da arqui-pelega CUT. Participam na direção do sindicato abonando as práticas nefastas desta corrente que não se submete às reuniões e controlam as finanças com mão de ferro. O POR tem dito que o Conlutas/PSTU é apenas mais uma burocracia sindical. Onde conseguem a direção de sindicatos (construção civil, motoristas etc) os utilizam como aparelho de finanças do partido e ameaçam expulsar os que ousam fazer alguma denúncia mais contundente (a exemplo do que ocorreu com o Sr. Antônio, no Sintro). Apesar do número considerável de membros, o Conlutas evitava, a todo custo, chocar-se com a direção majoritária do Sindiute, que não poucas vezes age no sentido de desmoralizar seu único diretor liberado com as mais baixas infâmias, sem que nem este nem o grupo Conlutas esboçem qualquer reação.

As bandeiras da Corrente Proletária e do POR

A Corrente Proletária/POR fez uma ampla propaganda do salário vital de R\$ 3.800,00 e denunciou sistematicamente o piso rebaixado da CNTE que havia sido defendido por O Trabalho/PT e o PSTU. O POR dirigiu uma intensa campanha, durante a greve, para desmascarar o PT traidor. Era comum nas assembleias da categoria os próprios professores de base elaborarem cartazes de denúncia do PT o que obrigava a burocracia majoritária do Sindiute a defender o PT contra a revolta das massas, insistindo nas mais ridículas estórias como a de que o problema não estava no Partido dos Trabalhadores, mas na gestão de Luizianne, que ‘todo partido tem gente que presta e que não presta’ etc e etc. Em virtude disso o POR saiu da greve fortalecido com suas posições reconhecidas e com o apoio de uma parte expressiva dos professores combativos de vanguarda.

Por uma direção revolucionária para nosso sindicato

Após a truculenta repressão da prefeitura do PT e seus virulentos ataques às condições de vida e trabalho do professorado (rejeição do piso rebaixado, retirada de direitos, perseguição e criminalização da greve e imposição de condições sacrificantes de trabalho – corte de metade das férias e três sábados aos meses para recuperar aulas) os professores devem extrair as devidas lições de sua luta: o capitalismo moribundo não pode conceder sequer migalhas aos explorados; os trabalhadores precisam levantar reivindicações de se choquem contra o regime burguês, organizar a unidade dos explorados na luta, empregar os métodos radicalizados de luta e construir o partido operário revolucionário (POR).

A imensa maioria da base já começa a perceber a necessidade urgente de se politizar, de superar a luta meramente sindical. O sentimento predominante é de revolta contida contra o PT e sua prefeitura. A direção atual do Sindiute já mostrou ser inconsequente e um obstáculo à luta dos professores. Essa percepção é cada vez mais visível para a categoria. É nessa tendência dos acontecimentos que o POR luta por construir uma autêntica direção classista e combativa para o movimento docente.

Balanço da luta do magistério estadual do Ceará pela implementação do piso nacional

A direção governista da APEOC (Anízio/PT/Articulação, PC do B, PCB) fazia dois anos sem uma única assembleia, ato, mobilização, manifestação da categoria contra os ataques do governo do Cid Gomes PSB/PT. Quando convocou a primeira assembleia em junho de deste ano, procurou esvaziá-la impondo condições que somente os professores efetivos e filiados que apresentassem o contracheque poderiam participar da assembleia e votar mediante apresentação de crachá. Com isso, a categoria teve de se chocar na entrada do ginásio Paulo Sarasate, com os “leões de chácara” (segurança particular) contratados pela APEOC com o objetivo de dividir, intimidar e dispersar os professores. Como também colocou uma grade de segurança separando os professores da diretoria da entidade, para evitar qualquer contato dos trabalhadores com os membros do sindicato.

Como não bastasse, a burocracia evitou trazer os professores do interior que se sequer são mobilizados e trazidos pelo sindicato. Assim ficou evidente que a direção não queria de verdade organizar a luta e construir a greve da categoria para derrotar os planos do governo do estado.

Na primeira assembleia, a indignação da base pela postura imobilista e de conciliação de classe do sindicato com o governo e pela falta de organização da luta da categoria ficou clara nas faixas e atos de protestos, onde as vaias incessantes estamparam o rechaço, sem exceção, de todas as intervenções da diretoria da APEOC que insistia em querer mais tempo para “negociar” com o governo Cid. Na segunda assembleia, não foi diferente, os professores cansados da enrolação de tantas audiências e reuniões com o governo com a burocracia sindical pela ausência de apresentação de uma proposta, e, ao mesmo tempo, em não colocar em votação os encaminhamentos da base na assembleia e aprovação da greve da capital e do interior. E resultado disso foi categoria chegou jogar cadeiras e garrafas de águas contra o presidente Anízio Melo, Penha e demais diretores do sindicato que se encontravam na condução da mesa, como também começou a defender a desfiliação dos professores ao sindicato.

Regional do Rio Grande do Norte

Os militantes do POR divulgaram o manifesto abaixo criticando a conduta da burocracia sindical de realizar um congresso em meio a uma greve.

Aos delegados I 3º congresso do SINTE/RN

Pelo cumprimento da deliberação da assembleia! Suspende e adiar o congresso para após a greve!

Companheiros:

Os trabalhadores em educação têm enfrentado durante anos seguidos vários ataques dos governos, desde a destruição da educação até o rebaixamento e retirada de nossos direitos conquistados com muita luta. São medidas ditadas pelo governo federal e seguidas pelos governos estaduais e prefeitos. A cada dia chegam a nossas escolas “mudanças” que só têm levado a educação ao fundo do poço. Construímos durante anos um instrumento de luta, que é o sindicato, para responder a esses ataques e para servir ao avanço da defesa da escola pública e gratuita, bem como para que este nos organize e nos unifique em nossas lutas.

O governador não perdeu tempo, trabalhou para dividir a categoria concedendo a progressão horizontal de 2009 e 2010 e reajustando em 45% os professores de nível 13 (efetivos e temporários) que não contempla toda a categoria, como ainda, rasgou o PCR atual (lei estadual 12.066/93) e colocou em prática a redução do interstício (5% para 4%) aplicado ao valor do piso do MEC de R\$ 1.187,00. Na verdade, o governo fraudou o piso nacional (lei 11.738/08) e fez demagogia em dizer que vai se render à aplicabilidade da lei do piso, mas também 1/3 de hora atividade que está contido na lei do piso, pois o estado vem ignorando e nem toca nas rodadas de “negociações”.

Na verdade, o governo do Cid quer impor o nivelamento por baixo nos demais níveis da carreira do magistério para adaptar “ao caixa financeiro em crise”, devido à desintegração do regime capitalista de produção. Portanto, a direção do sindicato procura seguir essa diretriz através de discussão técnicas do FUNDEB, PNE etc., logo essa política se expressa em não se chocar com as medidas e ataques impetrados pelo estado.

A Corrente Proletária na Educação/POR, nessa luta procurou trabalhar em unidade com as demais correntes e construir uma frente de atuação e organização dos zonais com objetivo de preparar os professores contra a burocracia pelega e governista da APEOC e os ataques do governo do estado. Com isso, o POR mobilizou a regional 5, por três vezes em reuniões de zonal, porém, a CONLUTAS PELA BASE/PSTU sempre boicotou os zonais organizados pela Corrente Proletária na região. A nossa intervenção nos zonais e nas assembleias partiu na defesa de 50% de horas atividades, escala móvel das horas de trabalho, divisão das horas aulas entre todos que estão aptos, assegurando o emprego de todos. Escala móvel aplicada ao salário mínimo vital no início de carreira R\$ 3.824,00; estabilidade a todos, incorporação na rede de todos os professores de contrato temporário e terceirizações, pelo fim de todas as formas de opressão; combater o capitalismo e o imperialismo construindo a sociedade socialista por meio da revolução social.

Para responder aos governos, precisamos fazer com que o sindicato verdadeiramente funcione. E para isso sempre defendemos a total independência deste frente aos governos, por entendermos que é impossível defender os nossos interesses e está do lado dos governos opressores.

Por que só agora a realização do congresso? Pelo cumprimento da deliberação da assembleia!

Nosso último congresso foi em 2005 e serviu para reafirmar o apoio da direção do sindicato ao governo Wilma de Farias. Desde então, aprofundou cada vez mais o processo de burocratização

e a não aprovação de planos de lutas que viessem a responder aos ataques dos governos. A direção rasgou o nosso estatuto e não realizou mais congressos. Somente após a intervenção da justiça burguesa em nosso sindicato, que determinou que deveria ter congresso este ano, foi que a direção do SINTE/PT forjou sua realização.

Este congresso não tem representatividade, pois os trabalhadores em educação da rede estadual, que respondem ao governo do DEM com muita luta, em greve há quase dois meses, não elegeram os delegados de suas escolas. As escolas estão fechadas em cumprimento a nossa assembléia que decretou a greve. Em nome desses bravos companheiros de luta, chamamos a todos os eleitos delegados em seus locais de trabalho para suspender e adiar este congresso.

Em assembléia foi aprovado, por ampla maioria, o adiamento do congresso. A direção do sindicato apresenta justificativas mentirosas para nos convencer de que este tem que sair de todo jeito. Por isso, em cumprimento a nossa assembléia, não podemos referendar um congresso faz de conta. Que façamos um congresso após a greve, que seja bastante representativo e que sirva para aprovarmos um plano de luta de enfrentamento com a política dos governos federal, estadual e municipal. Não vamos deixar que a justiça burguesa intervenha nesse nosso instrumento de luta. Tomemos em nossas mãos a tarefa de varrer essa burocracia e todos os seus métodos estranhos ao movimento.

Uma direção apodrecida

O grau de burocratização e apodrecimento de uma direção sindical mede-se também pelos métodos que utiliza para afastar

Professores-SP

Rejeitar o reajuste salarial e o Plano de Carreira

Depois de quase 4 meses de enrolação nas reuniões de pólo com professores, diretores, funcionários de escola e representantes dos sindicatos, no dia 14 de junho, o governo apresentou o PLC 37 que institui alterações no Plano de Carreira do Magistério (regido pela lei 836/97) e impõe a política salarial para os próximos quatro anos.

Usa como justificativa a tão decantada “valorização do magistério e a melhoria da educação pública”. Diz que o projeto vai ao encontro das reivindicações do magistério encaminhadas pelas entidades e apresentadas nas reuniões em pólos regionais com a presença dos profissionais da educação. Falso. O governo ludibriou as burocracias sindicais e arrastou uma parcela de professores para os encontros de pólos. O Secretário da educação, Herman Vorwald, ouviu de bico calado as reclamações do magistério, mostrou-se simpático aos pedidos, esperou que a Apeoesp colocasse fim às assembleias de campanha salarial e, finalmente, deu o bote. Impôs uma política salarial austera e ditou as regras do Plano de Carreira.

Diante da proposta do governo, como era esperada, a direção da Apeoesp correu atrás dos deputados para remendar o PLC de Alckmin/Herman. O deputado do PSOL, Carlos Giannasi e o major Olimpio (PDT) passaram a ser estrelas no carro de som da assembleia de professores, recomendando que o sindicato e os professores estivessem presentes nos gabinetes dos parlamentares da base do PSDB e em suas casas no interior paulista. O que foi

as bases de trabalhadores do sindicato. Quanto mais apodrecida, mais distante da base esta procura ficar. E isso temos visto em nosso sindicato. A direção transformou a sua permanência no sindicato como a garantia de um lucrativo meio de vida. Para isso, não interessa se os trabalhadores terão suas conquistas asseguradas ou não. Pretende apenas garantir seus privilégios na direção. Isso é um claro estágio de apodrecimento e que deve ser duramente combatido por todos os trabalhadores em educação. Para não ter seus interesses feridos, esta direção desrespeita as decisões soberanas de nossas assembléias, rasga o estatuto, negocia nos bastidores com o governo, implode as assembléias quando vêem que serão derrotados, enfim utilizam de instrumentos que os mais podres governos e seus agentes usam que é o desvio de recursos e o aparelhamento em benefício próprio.

Para responder a essa direção apodrecida, não temos outro caminho que não seja também enfrentá-los com a mesma disposição que enfrentamos os governos opressores.

- PELO CUMPRIMENTO DA DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLÉIA
- PELO ADIAMENTO DO CONGRESSO
- EM DEFESA DA GREVE DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA REDE ESTADUAL
- CONTRA A INTERVENÇÃO DA JUSTIÇA BURGUESA EM NOSSO SINDICATO
- VARRER ESSA DIREÇÃO APODRECIDA ATRAVÉS DE Nossos MÉTODOS DE LUTA
- CONSTRUIR A OPOSIÇÃO REVOLUCIONÁRIA
- PELA AMPLA PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO NO CONGRESSO

referendado pela burocracia sindical. Um verdadeiro descabro! Substituir a luta direta pela panacéia em torno de parlamentares corrompidos e submissos ao orçamento do estado. A votação do projeto na Assembleia Legislativa nada tem a ver com a democracia. Aí o que vale é a decisão do governo de manter a política de arrocho salarial e de destruição de direitos.

No dia 29 de junho, os deputados aprovaram a proposta governamental. Com uma emenda que substitui a data-base de julho para junho e que anualmente haverá uma avaliação da política salarial com as entidades sindicais. Bastou isso, para a burocracia da Apeoesp sair cantarolando a inclusão do “diálogo com o governo”.

Eis os principais pontos da política salarial:

- 1) Mantém a extinção progressiva da Gratificação por Atividade do Magistério – GAM. Trata-se da incorporação de uma gratificação, resultado da greve de 2010. O governo não faz senão referendar o que já estava ocorrendo na prática. Essa gratificação corresponde a 15% do valor do salário base. Como o professor já recebia, a sua incorporação não será sentida no bolso.
- 2) Propõe a extinção da Gratificação Geral. A incorporação se dará descontando do reajuste de 13,8% imposto pelo governo para julho de 2011. Está aí mais uma farsa!
- 3) Modifica a data-base de março para 1º de julho e parcela até 2014, término do governo Alckmin. Com isso, ganha tempo e arrecada os impostos do primeiro trimestre para em seguida

conceder a parcela do reajuste.

- 4) Impõe o reajuste parcelado: Em 2011, 13,8%, descontando a gratificação geral significam R\$137,00 para o professor de 40 horas semanais. A maioria receberá cerca de R\$ 50,00. No ano de 2012, 10,12%, descontando a incorporação da GAM, significam 5% de reajuste. Em 2013, 6% e, em 2014, 7%, portanto muito aquém da inflação. O governo alardeou que o reajuste seria de 42,2%, mas na verdade é de 32%, dividido em 4 prestações e incorporando gratificações. Toda essa parafernália para dizer que o valor da hora aula terá um acréscimo de R\$ 1,00 a cada ano.
- 5) Altera o cálculo do Adicional de Local de Exercício (ALE). Refere-se a um adicional para os professores que trabalham em escolas de difícil acesso. Esse adicional ficou restrito a um número reduzido de escolas. O cálculo era de 20% no valor da faixa e nível do servidor, observada a jornada de trabalho. Agora, altera os já miseráveis cálculos. Criou uma tabela que varia de R\$4,50 para a jornada integral para R\$1,35 para os docentes de jornada reduzida. Conclusão: só considera a jornada, reduzindo assim o valor do ALE.

Sobre o Plano de Carreira

A burocracia sindical tinha esperança que o governo fosse modificar o Plano de Carreira existente (Lei 836/97). E que a valorização do magistério viria com os incentivos financeiros para os professores que tivessem cursos de atualização, especialização, mestrado e doutorado. Governo deu outra rasteira. Mas, os burocratas continuam a dizer que a discussão da carreira ocorrerá agora: “Vamos ter de debater e mexer na proposta”. Quanta tolice!

Vejamos a trama montada por Alckmin/Herman

1. Aumentou de 4 para 8 os níveis de evolução acadêmica. Manteve o conceito de validade aberta para os cursos de mestrado e doutorado. As demais especializações e aperfeiçoamentos têm validade “fechada” e dependem de somatória de pontos para subir na carreira. Reforçou o critério de interstício. O que significa que a evolução se dará de acordo com interstícios, compreendendo um período de 30 anos. Vale dizer que o professor, para alcançar o mais alto nível, precisa ter cursado tudo quanto for curso acadêmico e ainda estar na rede por 30 anos.
2. Legalizou a evolução por mérito (promoção pela via das provas). Ampliou as faixas da promoção por mérito de 5 para 8. Fortaleceu os critérios de pontuação para evolução da faixa 1 para 2 - 6 pontos; da 2 para 3 - 7 pontos; da 3 para 4 - 7 pontos; da 4 para 5 - 8 pontos; da 5 para 6 - 8 pontos; da 6 para 7 - 9 pontos e da 7 para 8 - 9 pontos. O que quer dizer que o professor, para evoluir de faixa, terá de fazer a prova, obter a nota de corte, ter cumprido o interstício, não ter mais que 18 faltas em três anos (contando as 6 abonadas e as faltas médicas por lei) e ter permanecido 3 anos na mesma escola. O sonho de uma minoria que pretendia aumentar os salários por meio da avaliação por mérito caiu por terra. E, ainda mais, reduziu o valor do aumento de 25% para 10%. O professor para chegar a última faixa precisa rezar na cartilha do governo, ser contrário às paralisações e às greves em defesa das reivindicações da classe e se submeter à concorrência das provas de mérito.

Burocracia da Apeoesp aceitou a proposta do governo

Na reunião do Conselho de Representantes (CR), no dia 17 de

junho, a diretoria se limitou a informar a proposta do governo e dizer que a “luta” deveria se concentrar na Assembleia Legislativa. Não convocou para a assembleia, que ocorreria no mesmo dia. Por isso, estava esvaziada, permitindo à burocracia dizer que, não havendo quorum, ficava valendo as decisões do CR. É preciso lembrar que já havia suspenso a assembleia de 20 de maio em função das eleições da Apeoesp. Jogou com a desmobilização para, em seguida, aceitar o caminho sem volta de “pressionar” deputados por emendas ao projeto.

Como se pode ver, o governo jogou mel no prato da burocracia sindical para depois apresentar o fel. O reajuste salarial sequer repõe a inflação do período e institui uma fórmula para os 4 anos de Alckmin. A perda de 36,7% dos últimos anos é desconsiderada e acumula novas perdas diante do crescimento inflacionário.

Posição da Corrente Proletária

A Corrente Proletária denunciou a farsa armada em torno das discussões do Plano de Carreira e do reajuste. Defendeu a organização do professorado por meio das assembleias, da mobilização direta e da defesa das reivindicações da classe. Rejeitou a participação nos fóruns governamentais (pólos de discussão da Carreira). Contrapôs-se à proposta de suspensão da assembleia, defendendo uma campanha nas escolas de denúncia da farsa do governo e de mobilização para uma resposta coletiva da classe por meio dos métodos próprios dos trabalhadores (assembleias, manifestações de rua, greve etc). Mas o poder de desmobilização da burocracia foi infinitamente maior. O fato é que o professorado não reagiu. Esse foi o trunfo dos burocratas sindicais para suspender a assembleia e as tais “ações” por região na Assembleia Legislativa.

Insistimos na colocação de que as emendas, que, por ventura possam ser incorporadas, não modificam a essência do Plano de Carreira e da política salarial do governo. Ou seja, as emendas não alteram os objetivos centrais do governo, que são o arrocho salarial, a existência de um piso salarial profissional extremamente rebaixado e a permanência da divisão e discriminação entre os professores.

Dizemos que o Plano de Carreira responde ao tipo de educação que se impõe no País. Portanto, individualizada, concorrencial e privatista. Um Plano de Carreira só pode ser moldado para uma educação dessa natureza. A valorização dos professores por meio de um Plano de Carreira significa aprofundar a divisão entre os docentes pela via do individualismo e da concorrência. Não cabe defender mais ou menos degraus (faixas ou níveis) para promover uma parcela de professores com o salário diferenciado. Ou, postular uma carreira “aberta”, como propõe a direção da Apeoesp e setores da Oposição. O Plano de Carreira tem servido para violar o princípio de trabalho igual, salário igual. Não por acaso tem sido utilizado pelos governos para se contrapor às reivindicações gerais do magistério e para promover distinções. O que cabe, portanto, é a luta pelo piso salarial, expresso no salário mínimo vital, para todos os professores. A redução da jornada, para que todos possam ter um único emprego. O fim de todas as leis que dividem os professores contratados em categorias discriminatórias. A eliminação das leis que impedem as faltas por motivo de doença. O rechaço às provas de mérito, de seleção de Ofas e dos concursos, porque são instrumentos de demissão e mecanismos para responsabilizar o professorado pelo fracasso escolar. E a defesa da estabilidade a todos os professores da rede, sejam eles efetivos ou contratados.

Rechaçar a política salarial de Alckmin

De fevereiro a junho, os funcionários da educação (SP) se iludiram com a conversa mole do governo Alckmin, que iria melhorar a situação salarial e as condições de trabalho do QAE – Apoio Escolar e QSE – Servidor Estadual. Acreditaram na resolução 7 e correram para os pólos regionais para apresentarem as proposta ao novo Secretário da Educação.

O governo sabia que poderia arrastar os trabalhadores para estas discussões ilusórias porque os servidores encontram-se em situação de desespero devido a miséria salarial e as péssimas condições de trabalho. Para o governo, era mais um “bote de cascavel”, pois o plano já estava pronto e não alterará nada substancialmente.

Em meados de junho, Alckmin apresentou o projeto na Assembleia Legislativa. As perguntas continuaram: alguma melhoria? mais funcionários para as escolas? Terminou a terceirização? Quanto de reajuste de salário? Iguala os salários do QAE e QSE? Acaba com a separação do QAE/QSE? Nada disso! Introduz um grande ajuste às Leis que precarizam mais ainda o setor público. Amplia a contratação temporária, com redução de direitos, ou melhor, o contrato categoria O, rumo a terceirização dos serviços.

O governo disse que o projeto “é o esforço de aperfeiçoar a carreira dos servidores que integram o QAE”.

1. Dividiu em: classe, faixa, nível e padrão,
2. extinguiu o cargo de secretário de escola,
3. criou outro cargo, com a extinção do secretário de escola. O governo manipula o trabalho da secretaria sem precisar contratar mais funcionários.

Portanto, não modifica as péssimas condições daqueles que trabalham na secretaria da escola.

- 4) Institui as provas de mérito para o QAE, no valor de até 20%.
- 5) Mantém o salários no patamar de 1,22 (um salário mínimo e 22 meios).
- 6) Alardeou um aumento de 33%, que não passa de incorporações das gratificações, mais as somas das vantagens acrescentadas no porcentual.
- 7) Separou definitivamente o quadro de apoio do quadro do servidor. Este último teve um plano carreira instituído em 2008, que permanece congelado.

Na verdade, este plano de carreira não passa de mais um passo para a terceirização do setor administrativo, processo que está definido no setor dos agentes de serviços escolares (QAE).

A posição da Diretoria da AFUSE O último suspiro

A diretoria da AFUSE criticou em um primeiro momento a resolução 7 do governo, porém achou por bem participar das reuniões de polo e discutir as medidas. Achou que ganharia tempo e quando o projeto fosse para a Assembleia Legislativa apresentaria as emendas. Quando o governo apresentou o projeto, enviou 41 emendas, rejeitadas pela bancada do governo.

Os Trabalhadores

Acreditaram que poderia mudar depois das reuniões de pólo. Quando perceberam a manobra o governo, colocaram o Sr. Padula, um rapaz com cara de bom moço para alimentar a ilusão. Era conversa via twitter, blog, etc..., com os secretá-

rios de escolas. Fez várias promessas, mas disse que o governo faz o que pode, e que a extinção dos cargos era “imexível”.

A Assembleia Legislativa

A maioria dos deputados é da base do governo. O restante, que se diz oposição, PT, PCdoB, PSol e 1 do PV, não rejeitaram a essência do projeto, quiseram emendar o ruim e acabaram ajudando o governo a firmar sua política.

O plano de carreira foi usado para extinguir uma parte da classe

Para que serve um plano de carreira, se esse setor está praticamente destruído? É óbvio que não veio para melhorar a vida dos trabalhadores. O governo Alckmin/PSDB precisa terminar a obra que começou. O plano é mais um mecanismo de retirada de direitos dos servidores. E no caso do QAE/QSE é para extingui-lo, pois já está bem precarizado. E, para isso, o governo enganou a classe, com o palavreado e contou com a ajuda das direções sindicais que não combateram a farsa, ao contrário participaram do circo armado fazendo emendas.

A tarefa colocada

Os funcionários de escola carecem de uma direção classista. O sindicato é dirigido pela política do PT, que é governo. Sem organizar uma oposição à direção da Afuse, os trabalhadores ficarão à mercê da política burguesa. Trata-se de uma oposição que organize a partir das escolas a resistência ao plano do governo de privatizar os serviços escolares. Que combata os burocratas que se apossaram do sindicato e fizeram desse instrumento uma correia de transmissão das medidas governamentais.

Eleições Apeoesp Penha

Das 15 urnas volantes, 9 foram abertas sem a presença dos fiscais da Oposição. Estas urnas foram dormir nas casas dos mesários da Artnova, na noite anterior. A oposição só ficou sabendo disso, porque elas não estavam na subsede no início dos trabalhos pela manhã. A Artnova, que é maioria na região, alegou que estava cumprindo uma medida aprovada no CRE duas semanas antes. O CRE – conselho estadual de representantes é formado por eles mesmos, ou seja, por maioria petista/pcdobista. Além disso, a Artnova, que também é maioria na região e tem se comportado como proprietária da subsede, o mesmo fez com relação às urnas. Ignorou a Oposição e não chamou reunião da Comissão eleitoral regional propositadamente, para não ter de informar sobre o paradeiro das urnas. E para concluir o golpe iniciado no CRE, os Representantes de Escolas que

eram responsáveis por conduzir as urnas, se comportaram como verdadeiros cães de guarda, tudo para fazerem jus aos trocados que receberam da Artnova. Foram ostensivos contra a Oposição, chegando a impedir que os fiscais da chapa 2 entrassem nos carros onde ficaram as urnas. Esse processo tumultuado lembrou bem as eleições sindicais da época da ditadura militar dos anos 60/70, onde os pelegos interventores da direita faziam a mesma coisa

A eleição sob o comando da maioria petista/pcdobista tem sido mais eficiente do que sob o controle dos pelegos interventores daquela época. Eles conseguiram corromper muitos professores e representantes de escolas, oferecendo uma “pequena” ajuda de custo de R\$ 120,00 para “ajudar no processo”. Os professores, inicialmente, vestiam a “camiseta amarela” como se ela fosse a cor do

sindicato. Hoje vestem porque se tornaram pessoas de confiança da Artnova e recebem mais dinheiro e benesses se exluírem a Oposição do processo. A burocracia sabe da miséria econômica e política da classe por isso não hesita em aprofundar esse mecanismo de suborno. Antes de 2005, esse expediente era velado. Após a derrota eleitoral em 2005, a Artnova o implantou descaradamente, para não correr mais riscos.

Com tudo isso a Artnova assegurou mais 3 anos de mandato. Ela manteve os primeiros 14 nomes para o conselho Estadual e 6 para o Regional. A chapa da Oposição só elegeu candidatos para o Regional, e ainda assim, os 3 são da corrente Proletária. Na eleição passada, a chapa 2 tinha eleito 1 para o estadual e 31,5% para o Regional. A Corrente Proletária aumentou um militante no conselho Regional. A perda está concentrada na Conspiração Socialista e no PSTU, que ficaram fora do regional. Dos 11 candidatos, nenhum foi eleito para o Regional e somente 6 ficaram como suplentes do Regional, que será composto por 44 candidatos. Certamente, a fraude eleitoral promovida pela Artnova impossibilita uma avaliação correta. Vimos que o PSTU priorizou concentrar suas energias noutras regiões, a exemplo de Itaquera. Sabia que o trabalho na Penha não tinha evoluído nos últimos anos, e ainda que ficou mais fragilizado com a disputa entre PSOL/PSTU para a formação da nova Central (que não deu certo). Esse processo quebrou parte dos poucos simpatizantes que tinham.

A política aparelhista das correntes mostra mais uma vez que não serve para enfrentar a burocracia petista que está consolidada. Acaba alimentando todo tipo de oportunismo e carreirismo nos ele-

mentos despolitizados. Os independentes acharam que era possível manter um grupo de Oposição sem fazer embate com a burocracia, para não serem desagradáveis perante a classe despolitizada. Essa política de boa relação entre amigos procurou ser uma “alternativa” entre a burocracia e a política porista nos últimos 15 anos. Acharam que era possível formar um grupo autosuficiente, sem política de classe e trabalho organizado. Chegaram a formar blocos anti partidários. Nunca aceitaram fazer reuniões da própria Oposição para construir um trabalho de base na região e disputar idéias nas reuniões regionais. Conclusão: foram arrastados pelo aparelhismo, perderam parte dos lutadores e não construíram nada significativo.

Os mais velhos dessa política hoje se encontram na conspiração e até hoje não compreenderam que a burocracia será varrida, quando a classe reagir aos ataques da burguesia e perceberam que a burocracia é sua inimiga. Que é preciso persistir no embate com uma política de classe, pois é a única que compreende a realidade e mostra a necessidade da paciência para formar os novos professores que se aproximam do sindicato para lutar contra os governos.

É isso que o POR tem mostrado pacientemente para os camaradas mais afoitos que não abandonaram as trincheiras. Os poristas não se intimidam com a burocracia corrupta. Pois, para combater o capitalismo, implica necessariamente ter de combater seus serviços defensores que é a burocracia sindical corrompida.

A política impotente do reformismo petista/pcdobista e de seus métodos burocráticos são o alimento que nós lutadores precisamos para atuarmos junto com a classe para combater a destruição do ensino público e sair na defesa de nossa existência.

Lançamento da revista Socialismo Científico em São Paulo

No último dia 18/06, o POR realizou o lançamento da revista Socialismo Científico em São Paulo, na sede da Apeoesp, sindicato dos professores da rede estadual.

No ato, foram feitas duas exposições políticas, seguidas por intervenções dos presentes.

Mostrou-se como a revista é relançada expressando, de um lado, a necessidade de ter um instrumento para avançar no trabalho de propaganda das ideias revolucionárias e do programa do partido e, de outro, a possibilidade material de realizá-la a partir da elaboração coletiva ao redor das grandes questões colocadas pela luta de classes.

O capitalismo em crise mostra a necessidade de ser superado historicamente pela revolução proletária. Mas esta só poderá acontecer se existir o partido, que é o partido-programa.

Não se trata de elencar uma série de reivindicações ou bandeiras e taxá-las de programa, nem de reduzir o programa aos documentos programáticos históricos do proletariado mundial. O programa é a explicação da realidade nacional, aspecto da realidade mundial, no seu desenvolvimento histórico, na sua conformação social (de classes), nas suas relações políticas e econômicas com o capitalismo mundial, e as respostas às grandes questões nacionais, enquanto manifestações do capitalismo mundial, apontando a dinâmica das classes e a estratégia e tática políticas.

A revista é retomada após seis anos com artigos que têm como centro a crise mundial capitalista e a crise de direção do proletariado (a necessidade de construir seu partido mundial). O partido de que se fala é o partido de quadros, leninista, que dedicam o fundamental de suas vidas à construção dessa organização e desse programa. O partido de que se fala depende da elaboração coletiva, e a revista expressa essa elaboração.

A militância revolucionária é uma atividade que expressa a única

liberdade que pode ter alguém na sociedade de classes: a de combater pela sua destruição e pela construção de outra sociedade, que permita de fato se alcançar a liberdade como satisfação das necessidades. Essa militância, no entanto, é construída em contradição com as pressões que a sociedade de classes exerce sobre todos, no sentido de assimilarem objetivos, ideologias, modo de vida imposto pela classe dominante. Muitas correntes acabam se adaptando a essas pressões e constituem organizações distantes do partido de quadros, tornam-se obstáculos à construção do partido programa. Suas publicações acabam refletindo essa condição.

O POR procura se constituir no seio do proletariado. Possui uma militância em grande parte proletária. As dificuldades materiais para se construir um partido nessas condições são ainda maiores. Mas o princípio do autofinanciamento, que se aplica também à revista, torna sua elaboração em elemento de ação política, em busca de apoio material e elaboração política coletiva para sua reprodução e sistematicidade.

A crise mundial capitalista foi reafirmada como crise estrutural do capitalismo, contradição entre as forças produtivas altamente desenvolvidas e as relações de produção e distribuição vigentes, que a estrangulam. Mostrou-se que a crise que foi apresentada como algo circunscrito ao mercado imobiliário norte-americano na verdade expressava as tendências profundas da economia mundial, o que logo se verificou com a expansão da crise para a Europa e mais recentemente para a África e América Latina.

A resistência das massas em vários países mostra contradições que o capitalismo não superou nem superará. A revolução proletária é que poderá dar uma saída progressiva às tendências à barbárie presentes na situação atual.

A construção das seções da IV Internacional é a chave da situação. A revista é instrumento para construir o partido no Brasil.

Nesta edição:

- Crise mundial: entre EUA e Grécia, uma só cadeia
- Manifestações na Grécia e Espanha voltam a tomar força
- A correção e ampliação do programa da Frente de Esquerda e dos Trabalhadores não modifica o essencial de seu conteúdo eleitoralista
- Congresso Extraordinário do POR/Bolívia

Artigos do Cerqui Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Crise mundial: entre EUA e Grécia, uma só cadeia

Artificialismo na economia norte-americana

Com a fim do programa de recompra de títulos da dívida pública por parte do FED (Banco Central dos EUA), que totalizou nos últimos oito meses 600 bilhões de dólares, revelou-se o que já era previsível: a economia norte-americana apresenta-se agora em situação pior do que a projetada anteriormente.

Desde o início da crise em 2008, o governo da Casa Branca injetou na economia mais de 1,75 trilhões de dólares na compra de títulos. A medida objetivava “acalmar” o mercado especulativo que temia uma desvalorização abrupta dos títulos públicos e um rebaixamento, por parte de agências econômicas, da capacidade de honrar com as dívidas do Tesouro. Como esperado, a solução criada pelo FED e apoiada tanto por republicanos quanto por democratas criou um cenário que aparentava estabilidade. As previsões do início de 2011 demonstravam que, lentamente, a economia voltaria a crescer, que as taxas de desemprego recuavam e o nível de produção e consumo internos tenderiam a voltar a patamares anteriores à crise.

O problema fundamental dessa perspectiva dos economistas é que se baseava na crença de que as medidas artificiais de controle das “expectativas do mercado” potencializariam os setores industriais, permitiriam uma volta do consumo (através da manutenção de taxas de juros variando entre 0% e 0,25%), e criariam condições para melhorar a balança comercial, já que o dólar, a partir dessas medidas, foi profundamente desvalorizado.

Entretanto, sobre a base de um artificialismo não se constroem castelos. Temos apontado que a estabilidade conquistada ao longo dos últimos meses trazia em seu bojo dois problemas fundamentais: a estagnação da indústria (de setores como da construção civil) e a manutenção das altas taxas de desemprego. A perspectiva de crescimento da economia que então girava acima dos 3% para 2011 alimentava-se exclusivamente pela capacidade – extraordinária de fato – de o governo aumentar seu endividamento e manter, em moeda corrente, um déficit público que nenhum outro país do globo suportaria.

Os dados do segundo trimestre ainda não saíram oficialmente, mas já se sabe que tudo caminha de mal a pior. Em fins de abril, o FED recuava a previsão de crescimento de 3,6% a 3,9% para 3,1% a 3,3%; agora em fins de junho, o prognóstico rebaixa os índices para 2,7% a 2,9%. Quanto ao desemprego, que vinha caindo muito lentamente, voltou a subir. Iniciou o ano com 9% da população economicamente ativa, recuou para 8,9%, depois para 8,8% (em março) e agora, Ben Bernanke (presidente do FED), em entrevista a BBC, no mês de junho, anunciou que a taxa já está em 9,1%. A possibilidade de retornar aos

patamares de 5% a 6% em três anos, como acreditavam no final de 2010, mostra-se cada vez menor. É bom lembrar que a pior taxa de desemprego nos EUA, nas últimas décadas, foi em 1983, quando alcançou o índice de 10,1% da PEA.

A dívida pública norte-americana atingiu o máximo permitido pelas leis do país: um total de 14,3 trilhões de dólares. O déficit público é estimado para 2011 em 1,4 trilhões. Um aparente impasse coloca-se entre a Casa Branca e o Congresso norte-americano. Obama e FMI concordam que o teto da dívida deva ser elevado para que não se corra o risco de um rebaixamento, pelas agências financeiras, da capacidade de pagamento do Estado. Aparentemente, republicanos indicam que só aprovariam tal aumento do teto com um corte maior nos gastos sociais do governo. Novo jogo de cena. Republicanos e democratas atuam do mesmo lado: manter a lucratividade do capital especulativo na grande bolsa de valores que é o Tesouro norte-americano. Os democratas de Obama “cederão” de um lado e os republicanos, de outro. Aumentar a dívida pública, ampliar o déficit do Estado são os únicos mecanismos que são viáveis a curto prazo. Isso porque imediatamente favorecem o capital financeiro que vem lucrando com os títulos públicos e porque impedem que o cenário “assustador” europeu – de calote, de moratória, etc – seja projetado sobre a maior economia do planeta.

Avolumam-se, na verdade, contradições insolúveis. A desaceleração da economia no primeiro trimestre e a perspectiva do que o mesmo ocorra nesse segundo coloca no horizonte um crescimento inferior a de 2010. Menor crescimento, menor produção industrial e menor consumo condicionam o aumento do desemprego e o aumento dos gastos do governo para manter artificialmente a economia estável.

A crise econômica nos EUA se manifesta desse modo como destruição de riquezas já acumuladas, de um ajuste violento entre a capacidade produtiva do país e as relações parasitárias que se instalaram tanto no Estado quanto nos setores produtivos. A resposta, como não podia ser outra, pende para a manutenção das relações produtivas parasitárias enquanto se destrói a capacidade produtiva. Em nenhuma parte do globo, evidencia-se com tanta força a face bárbara que assume o capitalismo depois de mais uma crise – no coração do capitalismo, sacrificam-se as mais desenvolvidas forças produtivas em benefício do parasitismo.

O papel da Grécia na crise mundial

“Felizmente há a Grécia”, diriam os mais cínicos ideólogos da burguesia. Na última semana de junho, as Bolsas de Valores do mun-

do todo abriram em baixa, com a perspectiva da impossibilidade do governo grego honrar as suas dívidas, diminuir o déficit público e conter as manifestações que voltam a sacudir o país.

Uma nova intervenção por parte do BCE e FMI deve ser aprovada pelo governo “socialista” de Panpadreou. No entanto, tanto interna quanto externamente a nova “ajuda” (que representaria mais algumas dezenas de bilhões de euros) encontra dificuldades de se concretizar.

As medidas recessivas adotadas pelo governo desde 2009 têm gerado menor arrecadação e por consequência menor capacidade de diminuir o déficit nas contas públicas. O alto desemprego, o baixo consumo e a desaceleração dos setores industriais conduzirá sem dúvida a um longo período de recessão (já em 2011, o prognóstico é que o PIB caia 3% em relação ao ano anterior). Esse cenário impõe aos países e instituições financeiras credoras da dívida grega receio em conceder novos empréstimos. Da mesma maneira, a crise interna potencializa o principal partido de oposição (Partido Nova Democracia) a colocar empecilhos para um novo pacote de corte de gastos no orçamento. Isso ficou evidente com a aprovação apertada do Orçamento para os próximos quatro anos, em que o governo socialista ganhou com uma diferença de apenas 17 votos. Obviamente, esses empecilhos da ala mais direitista nada têm a ver com a defesa da vida das massas, que continuarão a sofrer os ataques dos pacotes de austeridade. Trata-se mais de um disputa interburguesa pelo comando do Estado. Há de comum acordo que as reformas antipopulares devem ser seguidas à risca.

O fato é que a crise que se projeta na Grécia é parte de toda a crise que assola o continente europeu não encontra uma saída possível. França e Alemanha detêm cerca de 70% dos títulos da dívida grega. Um calote ou moratória colocaria em situação difícil as duas maiores economias do continente, o que as obrigaria a manter, mesmo que artificialmente, o Estado Grego respirando com uma “nova ajuda”. Ao mesmo tempo, a possibilidade de, mesmo com um novo empréstimo, a situação do déficit não se resolver, cresce. O que implicaria, da mesma forma, em colocar em risco os dois mais ricos países do continente. Da mesma maneira a quebra do Estado grego abalaria o

Euro. As consequências previsíveis seriam: desvalorização da moeda e crescimento subsequente da dívida pública de todos os Estados da Zona do Euro, piora das condições financeiras da Espanha e Itália e possível calote das dívidas já contraídas por parte de Portugal e Irlanda. O cenário não poderia ser menos catastrófico.

Entretanto, os capitalistas agradecem que a desgraça ainda possa ser circunscrita – ao menos na esfera do discurso e da propaganda ideológica – ao pequeno Estado grego. Os noticiários econômicos puderam anunciar que Wall Street via nova perspectiva para a Grécia, já que um novo empréstimo poderá “melhorar a situação” de instabilidade no velho continente. Em apenas 4 dias, de 27 a 30 de junho, as Bolsas de Valores, puxadas por Wall Street, viram seus ânimos alterarem.

De concreto, nada mudou, no entanto, quando faltam fatos, nascem e renascem cenários hipotéticos. O jornal virtual da BBC, em sua edição de 21 de junho, colocava no horizonte 5 possíveis saídas para a crise grega. Desde a salvação completa até a bancarrota total, tudo era possível! A tão “científica” economia capitalista assemelha-se, em seu desespero, ao estudante que acha tão plausível todas as alternativas de uma questão, cujo enunciado ele mal compreende.

A crise na Grécia pode servir temporariamente para ocultar os milhares de fios e laços que unem a sua economia com o restante da Europa, bem como ocultar os milhares de fios que ligam as economias de qualquer país com a dos EUA e do globo como um todo. A crise, no entanto, como parte do modo de produção capitalista, patenteia a existência dessas ligações e qualquer ruptura na cadeia de exploração e qualquer desequilíbrio na já tão contraditória relação entre as forças produtivas e as relações de produção evidenciam o esgotamento histórico do sistema.

Apenas o levante das massas, apenas a revolução proletária, apenas a planificação das economias em nível mundial poderá por fim à anarquia dessas relações econômicas e permitir que a cooperação entre as nações seja um imperativo para o desenvolvimento de todos e de cada povo em particular.

Manifestações na Grécia e Espanha voltam a tomar força

Grécia: mais greve geral, mais radicalização

Dia 30 de junho: a quarta greve geral de 2011. Atenas completamente paralisada. Dezenas de voos cancelados, greve e paralisações espalhadas pelas principais cidades do país. Vários feridos nos confrontos com a polícia. O governo socialista aprovou o novo orçamento, que prevê demitir 25% do funcionalismo, aumentar a jornada de trabalho para 40hs e privatizar mais meia dúzia de empresas estatais.

A juventude e os trabalhadores gregos têm demonstrado enorme mobilização desde 2009, quando o país começou a ser afetado pela crise mundial. De 2009 para cá, as mobilizações tornaram-se mais radicalizadas e os sindicatos, pressionados, envolveram cada vez mais amplos setores da classe operária. Algumas greves gerais tiveram a participação de 80% da população. Essa última greve, que se iniciou em 28 de junho, sem dúvida expôs com toda crueza o papel do Estado na manutenção dos negócios da burguesia. A participação da juventude, da classe operária e do funcionalismo não só paralisou o país como impôs uma guerra nas ruas entre manifestantes e força repressiva do Estado.

Como noticiam os principais jornais do país e da imprensa estran-

geira, a capital, Atenas, ferveu nos dias 28 e 29. O novo orçamento foi aprovado não porque o governo obteve a maioria, mas porque a força repressiva impediu que os manifestantes adentrassem o parlamento e impedissem a votação. Foi a violência que quebrou o ímpeto da população, foi a violência que permitiu que um novo pacote de ataque à população assalariada fosse aprovado.

Se a aprovação “acalmou” os mercados, sem dúvida, ela não tranquilizará o povo heleno. Essa vitória momentânea da burguesia não significará necessariamente o seu triunfo em relação à crise que se instaurou no país.

Os comitês de autodefesa devem surgir dessas mobilizações. O enfrentamento com o aparelho repressivo do Estado grego deve se colocar em outro patamar. Essas mobilizações elevam a consciência dos manifestantes, novas direções devem surgir. A presença física do proletariado não garante que sua política prevaleça, mas cria as condições para se forjar o partido operário. Cabe às novas gerações, de trabalhadores e da juventude, resgatarem a tradição de luta da classe operária, resgatarem o programa de destruição do capitalismo. A reconstrução da IV Internacional é parte desse processo.

Espanha mobilizada

Não são apenas os efeitos econômicos que se espalham de país a país e contaminam todo o continente europeu. A política caminha paralela a esses acontecimentos. Em março, 17 governos de nações que fazem parte da Zona do Euro resolveram estabelecer um Pacto de ajustes nas contas públicas, o qual significaria mais corte nos salários, mais reformas antipopulares e corte em áreas sociais. Os representantes do capital têm tentado atuar da forma mais unitária possível, de modo a preservar os grandes grupos capitalistas.

Desgraçadamente, a política proletária, que se oporia à política burguesa, não comparece no cenário da mesma forma. Os sindicatos e centrais sindicais dos vários países do continente continuam em um ritmo que não corresponde à brutalidade dos ataques dos governos. A Confederação Europeia de Sindicatos (CES) organizou apenas em maio um encontro para estabelecer um plano de lutas para o próximo período. Mobilizações continentais, como as que ocorreram em duas datas no segundo semestre de 2010 e greves e paralisações foram ser estabelecidas agora, já no final do primeiro semestre de 2011.

Mais pressionadas pelos acontecimentos do que por uma política independente, os velhos social-democratas, os estalinistas e os socialistas burgueses começam a chamar protestos em algumas regiões.

Desde maio, a juventude desempregada espanhola está mobilizada contra as medidas recessivas do governo de Zapatero. O movimento de ca-

ráter pequeno burguês teve como mérito acender mobilizações em outras partes do continente, também da juventude. O acampamento em praças públicas, as assembleias populares, as palavras de ordem contra o governo e contra o seu pacote de corte de gastos ganhou a adesão da população.

Combinada a essas manifestações internas, no encontro de maio da CES ficou acertado que se fariam no mês de junho vários protestos. Pressionada pela mobilização permanente da juventude e pelo calendário, as duas maiores centrais do país, a UGT e a CC.OO, convocaram para o dia 23 de junho várias manifestações. Milhares de espanhóis foram a Madri, Barcelona, Zaragoza e outras cidades exigir o fim dos cortes e defender o emprego.

Ainda que mobilizados, os jovens espanhóis não contam com um programa revolucionário para defender a unidade nacional, para lutar contra o pacote de austeridade, para impor um basta ao arrocho salarial e ao desemprego. A classe operária, obstaculizada pelos sindicatos pelegos, não comparece ainda como força social no movimento. A política pequeno-burguesa radical não derrubará o governo, mas o que se verifica ainda é que nem radicalizadas, como na Grécia, as manifestações têm sido. Ausência de um partido revolucionário e da IV Internacional impede que toda a potência do movimento e da revolta instintiva da juventude e dos assalariados seja usada contra os capitalistas e seu governo. No entanto, sabemos que novos protestos ocorrerão, porque a crise espanhola como parte da crise mundial está longe de ter um desfecho.

Argentina

Reproduzimos abaixo uma crítica programática à declaração de 2 de junho de 2011 divulgada pela Frente de Esquerda e dos Trabalhadores, constituída na Argentina pelo Partido Obrero, Partido dos Trabalhadores Socialistas e a Esquerda Socialista.

A seção Argentina do Comitê de Enlace pela Reconstrução da Quarta Internacional (POR Massas) não aderiu à Frente de Esquerda. No Massas 411, publicamos um artigo de caracterização da tal Frente, intitulado “A Frente de Esquerda não suporta o democratismo”. Nesse número, daremos sequência às posições poristas contra a frente de cunho eleitoralista.

A correção e ampliação do programa da Frente de Esquerda e dos Trabalhadores não modifica o essencial de seu conteúdo eleitoralista

(...) Cabe perguntar o que se passou nesse um mês e meio para que as três forças que conformaram inicialmente a Frente adotem este “novo” programa e digam que aqueles 10 pontos eram somente *medidas de emergência*. Qual tem sido o debate para introduzir essas mudanças? Por que somente assinaram as três organizações iniciais e não todas que haviam se incorporado nesse período?

Em primeiro lugar, devemos destacar o essencial. Esse novo documento, mais extenso, **continua sem abordar a questão principal** numa intervenção eleitoral: assinalar que o Congresso e as eleições não são o terreno para a resolução dos problemas dos trabalhadores e para a Nação. Que chamamos os trabalhadores e as massas oprimidas em geral a se organizar e se mobilizar para arrancar suas reivindicações por meio da ação direta, sem despertar nenhuma ilusão no Congresso. É preciso dizer com todas as letras que usará a tribuna para denunciar a democracia burguesa.

Não é por acaso que se continua omitindo esta definição. Os candidatos, em suas reportagens, cada vez que têm oportunidade de aparecer nos meios massivos de comunicação omitem esse ponto e qualquer outro que questione o regime de propriedade ou impulsione os métodos da ação direta.

Esse novo programa, (que não é operário), é “interno” para a militância, para conter as objeções de suas bases, para reproduzi-lo em

seus jornais ou em algum ato, mas não para apresentá-lo em audiência massiva.

Por que se quer ceder aos meios massivos? Para que os meios possam ouvir? Dizer nada que os irrite? Se assim é, melhor não ir. Se não se pode dizer que tem de organizar a greve geral para impor o salário e acabar com a precarização do trabalho, deixe que não nos convidem mais. Se não se pode dizer que temos de derrubar o capitalismo, se não se pode dizer que é o Congresso é uma cova de bandidos, que é preciso pôr fim à politicagem, não tem de ir. Os caríssimos cartazes também devem reproduzir todas essas questões vitais, não se limitar a mostrar uma cara e lançar uma frase reformista (“A esquerda à legislatura” no Capital).

Deve ter uma correlação entre o que se formula no programa, nos jornais, nos atos e o que se expressa nos meios massivos, a campanha deve ser integral em todos os terrenos.

O pior dano que faz a esquerda centrista é gerar ilusões na democracia burguesa, criar a ficção de que todo o arco ideológico está presente na disputa eleitoral, quando a real estratégia revolucionária da classe operária está ausente na campanha da Frente.

Nesse novo programa se inclui a **fórmula de governo** “dos trabalhadores e do povo” que seria “imposto pela mobilização dos explorados e oprimidos”. Esta forma de apresentar o governo dilui completamente o caráter operário que diz defender a frente. A classe operária seria

apenas um setor dentro dos trabalhadores e do povo.

Os marxistas têm debatido durante muito tempo sobre a importância de ser precisos na definição das classes e as categorias que utilizamos. O termo “trabalhador” é de extrema ambiguidade, inclui majoritariamente as classes médias, assalariadas ou não, que são outra classe social distinta, com interesses distintos dos da classe operária. E o termo povo é ainda mais ambíguo, sem dúvida, abarca todas as classes sociais sem distinções.

As correntes que integram a Frente e elaboraram este documento se reivindicam marxistas e trotskistas, e, portanto, conhecem perfeitamente o perigo que significa para a classe operária e para as massas o que denominamos como “frentepopulismo” (aliança política da classe operária com setores da burguesia). Essas formulações deixam aberta a porta para esse tipo de concepções contrárias à política da classe operária.

Os companheiros da Frente sabem que esta fórmula que propõem não é o governo operário-camponês, a ditadura do proletariado, fórmula que resume a estratégia de classe, a independência política fren-

te à burguesia e seu Estado (sua ditadura de classe).

Há, nesse programa, uma superação em relação ao anterior no qual se podia entender que todo seu programa podia ser resolvido pelos meios pacíficos, legais, parlamentares. Sem dúvida, esta fórmula tão ambígua não resolve o problema de como e nem tampouco o acréscimo de que será alcançado pela “mobilização”. Deve-se dizer que para pôr fim com esse regime, terá de defender a ação direta das massas, a violência revolucionária.

Ninguém pode crer-lhe, e em primeiro lugar seus próprios militantes, que um programa que se proponha seriamente a expropriar os monopólios e a oligarquia latifundiária se fará simplesmente por meio da *mobilização dos explorados e oprimidos*.

Não nos parecem de tudo corretos ou insuficientes outros pontos formulados no programa, mas não têm grande sentido abordá-los nesse artigo. São questões que se depreendem dessa concepção política que não aceita tomar em suas mãos a estratégia política da classe operária.

Qual foi o critério para a constituição da Frente de Esquerda e dos Trabalhadores?

Como dissemos em artigos anteriores, a frente é filha da Lei proscritiva impulsionada pelo Kirchnerismo, que tem por objetivo canalizar toda luta eleitoral para o bipartidarismo. Para variar, não é uma invenção argentina, mas sim é parte da reforma do Estado, promovida pelo imperialismo.

Sim, essa Lei é proscritiva para com as organizações e favorece o bipartidarismo. Mas a esquerda, que formou a Frente de Esquerda, não tem sido menos proscritiva com outras organizações, já que se valeu de ter conseguido sua legalidade para impor o critério de conformação da frente.

O debate para constituir a Frente de Esquerda girou em torno de quais organizações tinham conseguido maior quantidade de filiações. Isso quer dizer que desde o início teve uma adaptação total à Lei.

Na atual campanha, não denunciaram que correm o perigo de não poder apresentar-se nas eleições nacionais. Se não se obter 1,5% do total dos votos, não poderão apresentar-se nas presidenciais. Abaixo citamos declarações demonstrativas do oportunismo eleitoral:

1) Resolução do Congresso do Partido Obrero

“O Partido Obrero conseguiu obter seu registro nacional. Outros partidos que poderiam integrar esta frente ainda estão batalhando por ele. Se conseguirem vencer os obstáculos legais, a frente poderá traduzir-se em uma aliança entre os diferentes partidos nacionais. Do contrário, o Partido Obrero colocará a disposição seu registro nacional para constituir uma aliança nacional com os registros de distrito de outros agrupamentos. A Esquerda Socialista fez uma proposta de Frente de Esquerda”. Partido Obrero.

2. Sobre o veto a Alcides em Neuquén

“Por isso nos têm chamado profundamente a atenção que na última reunião realizada o mesmo companheiro defendeu que Alcides não poderia fazer parte das principais candidaturas da eventual frente porque não está estruturado”(...)

Será que esqueceu o companheiro Godoy que o Alcides foi expulso da UOCRA por 100 anos? Que desde o momento em que a burocracia interveio o sindicato não o tomaram em nenhuma obra mais? Nos parece um “descuido”. M.A.S

3. Sobre a discussão de constituição de listas em Neuquén

“Tanto a Esquerda Socialista como o mesmo PO afirmaram em duas reuniões consecutivas que o intendente e o primeiro conselheiro desde município correspondiam ao PTS e os companheiros ceramistas independentes respectivamente, fazendo uma disputa entre o PO e a Esquerda Socialista sobre quem ocuparia as candidaturas subsequentes (o PO colocou 2 e 3 conselheiros para eles, a Esquerda Socialista 2 e 3, uma para Esquerda Socialista e outra para o PO). No momento, e na hora de finalizar o prazo para fechar as listas, e em

meio à recusa da Justiça Federal (que não deu o registro definitivo à Esquerda Socialista) e da Província (que no dia hoje se nega a oficializar nossa Frente), o que é um grande problema que devemos encarar com toda seriedade, os companheiros do PO vêm com uma “terça 13” rompendo sua palavra e exigindo de forma ultimata candidaturas que não lhes correspondiam. P.T.S

Se olharmos a versão do PO sobre o mesmo tema, encontraremos uma versão contrária do fato, e assim em numerosos casos que mostram como se trabalhou. A quantidade de votos conseguidos nas eleições anteriores tem sido um dos argumentos centrais na hora de definir a ordem das candidaturas.

Tudo isso é consequência de não ter adotado um método correto de discussão a partir das bases para a constituição da Frente. Não se podem reproduzir os mesmos métodos que usam a burocracia ou os partidos patronais. Lamentavelmente, muitos companheiros de base são arrastados pelo oportunismo eleitoral e a levar adiante métodos que são alheios à classe com o objetivo de defender um interesse de aparato.

Pode-se impugnar um companheiro porque não está em uma frente quando tem sido referência da luta de classes? Se não está em uma frente é justamente porque a burocracia o expulsou.

Quando analisamos a frente de esquerda, sua formação e sua participação nas eleições, o fazemos para avaliar se é progressivo, não em termos eleitoralistas, mas no sentido da revolução. O argumento de que: “é melhor que a gente vote na esquerda em lugar de votar na direita” é muito esquemático. O que colocamos em discussão é com que política e com que métodos se devem intervir na campanha. Com esse mesmo argumento, o PSTU no Brasil chamou o voto em Lula.

É um fato e está claro que alimentar as ilusões democráticas não é progressivo e que o critério de formação tem sua continuidade na campanha eleitoral, seu único objetivo é conseguir votos.

Toda tática corresponde a uma estratégia, ainda que não se diga abertamente. Os métodos, as consignas, o tipo de campanha, os candidatos que se elegem para encabeçar as listas, são questões táticas que se ajustam ao momento político e que permitem caracterizar a qual objetivo correspondem. Se essas táticas não contribuem, e nos distanciam do objetivo estratégico da classe operária, não se pode caracterizar como um passo adiante e, portanto, não justifica apoiá-los.

(Extraído do Jornal Massas nº 249, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)

Bolivia:

Congresso Extraordinário do POR

No dia 24 de junho, realizou-se o Congresso Extraordinário do POR boliviano. A finalidade principal deste foi a discussão do programa partidário e sua atualização.

O Congresso de 2010 havia indicado a necessidade de incorporar ao programa a rica experiência do partido nos diversos episódios da luta de classes em que o partido interveio nos últimos dez anos e a evolução da situação política, a configuração das classes sociais e o regime político que resultou da ascensão do MAS ao poder do Estado.

Neste Congresso, foram debatidos e aprovados adendos ao programa partidário sobre a caracterização das classes sociais, o indigenismo e o caráter de classe do governo Evo Morales.

Aprovou-se também um balanço do momento político que analisa o desenvolvimento da crise política econômica e avalia as últimas lutas protagonizada pelas massas contra o governo.

É importante destacar a caracterização o governo Evo Morales como governo burguês que acertadamente o POR fez desde o momento de sua ascensão ao poder, ao contrário das correntes pseudotrotskistas que chamaram o voto no Evo ou das que hoje levantam a caracterização reformista de governo neoliberal.

O acerto desta caracterização permitiu ao partido ganhar muita autoridade junto às massas nos recentes enfrentamentos que lhes demonstrou a verdadeira face burguesa deste governo, que chegou com promessas de colocar os oprimidos no centro do poder.

Na avaliação das últimas lutas (greve geral da COB, intersindical, etc.) manifestou-se com clareza uma tendência das massas a romper suas ilusões no governo e com a direção burocrática da COB. Este, e não outro, foi o sentido que se revelou na combatividade dos setores mais oprimidos e castigados (educação, saúde, autônomos, etc.). É também o que pode se perceber na procura de constituir organismos de combate à margem da burocracia da COB, como a intersindical que teve a participação protagonista do POR e lhe valeu o ódio explícito do governo massista.

A interrupção daquela greve não significou uma derrota, pois houve o recuo organizado, como se afirma no informe da direção: “Uma caracterís-

tica fundamental, poucas vezes observada nas lutas sociais do país, e, principalmente nos momentos de ascenso de massas, é que todos os setores entraram no conflito de maneira unificada e saíram da mesma forma unificada, sem que houvesse deserção entre os combatentes, apesar da intensa campanha publicitária feita pelo governo contra o movimento.” “Este fenômeno só pode ser explicado pela situação política global que se caracteriza pelo abandono das ilusões no MAS e porque os explorados se convenceram de que este governo é incapaz de dar soluções aos problemas fundamentais do país e dos setores mais castigados pelo atraso e pela miséria.”

O grande passo dado foi que as massas se convenceram pela experiência de que o governo do índio Evo Morales, daquele que os chama de “irmãos”, é na verdade um governo burguês.

O Congresso também analisou as eventuais mudanças que os processos políticos e econômicos do último decênio provocou na estrutura de classes. Destacando-se, neste sentido, a caracterização de que o proletariado boliviano continua sendo essencialmente um proletariado atrasado e semi-artesanal, reflexo do atraso geral do capitalismo no país.

Do lado da burguesia agrária que protagonizou os levantes “autonomistas” de três anos atrás, o Congresso avaliou que esta recuou e se esfacelou politicamente, o que demonstra que não se deve esperar que encabece uma frente das classes dominantes, pois, mesmo que se admita que ocupou alguns espaços no Estado, não passa de uma fração débil espremida entre o imperialismo e as massas oprimidas.

O indigenismo foi caracterizado como uma consequência do nacionalismo movimentista e reflexo, ao mesmo tempo, de certas modas intelectuais dos meios acadêmicos imperialistas que postulam a glorificação de um passado idealizado do incaico, e que tem a função de incorporar algumas camadas das comunidades indígenas ao Estado burguês.

Foi um Congresso no qual a militância se armou programaticamente para impulsionar a grande tarefa do POR se constituir na direção política e física das massas nos próximos combates. Nesse sentido, as deliberações e discussões sobre o centralismo democrático tiveram uma importância muito concreta no reforço do método bolchevique de construção partidária.

Aqira com o distribuidor deste jornal:

Resistência histórica das massas à crise capitalista



Socialismo Científico

Revista Teórica do Partido Operário Revolucionário
Membro do Comitê de Defesa para a Revolução do 4º Internacional
Ano VI, nº 12, Maio/Julho de 2011



**Levantes dos povos árabes:
Pela autodeterminação e soberania
dos povos semicoloniais**

História do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional
40 anos da Assembleia Popular na Bolívia
140 anos da Comuna de Paris
Breve história da IV Internacional

